

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS – ESTUDOS DE LINGUAGEM

FELIPE DE SOUSA JACOB

A construção do valor referencial da unidade **logo**: uma análise enunciativa.

TERESINA – PI

2015

FELIPE DE SOUSA JACOB

A construção do valor referencial da unidade **logo**: uma análise enunciativa.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras – nível de Mestrado, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Auxiliadora Ferreira Lima

Bolsa: Capes

TERESINA – PI,
JULHO DE 2015

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

J15c Jacob, Felipe de Sousa.
A construção do valor referencial da unidade logo :
uma análise enunciativa / Felipe de Sousa Jacob. – 2015.
102 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade
Federal do Piauí, 2015.
Orientação: Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira
Lima.

1. Logo. 2. Enunciação. 3. Valor Referencial. 4.
Operações Predicativas e Enunciativas - Teoria (TOPE). I.
Título.

CDD 469.5

FELIPE DE SOUSA JACOB

A construção do valor referencial da unidade **logo**: uma análise enunciativa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras – nível de Mestrado, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração em Estudos da Linguagem

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Auxiliadora Ferreira Lima

Presidente

Prof.^a Dr.^a Helena Virgínia Topa Valentim- UNL/Lisboa

1º Examinador

Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Freire de Carvalho - UFPI

2º Examinador

Prof. Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos - UFPI

Suplente

Dedico a Deus, à minha amada esposa Luzinete, aos meus pais amados, às minhas irmãs, à Madrinha Fátima (in memoriam), ao Tio (Prof.) Ozias Lima (in memoriam), à amiga Eline Reis (in memoriam) e a todos os que fazem e fizeram parte da minha vida, saibam que todo o apoio que me foi dado foi essencial para que eu prosseguisse.

Tudo Posso

(Pe. Fábio de Melo)

Posso, tudo posso naquele que me fortalece

Nada e ninguém no mundo vai me fazer desistir

Quero, tudo quero, sem medo entregar meus projetos

Deixar me guiar nos caminhos que Deus desejou pra mim

E ali está

Vou perseguir tudo aquilo que Deus já escolheu pra mim

Vou persistir e mesmo nas marcas daquela dor, do que ficou

Vou me lembrar e realizar o sonho mais lindo que Deus sonhou

E em meu lugar estar, na espera de um novo que vai chegar

Vou persistir, continuar a esperar e nele mesmo quando a visão se turva

E o coração só chora, mas na alma a certeza da vitória

Posso, tudo posso naquele que me fortalece

Nada e ninguém no mundo vai me fazer desistir

Vou perseguir, tudo aquilo que Deus já escolheu pra mim

Vou persistir e mesmo nas marcas daquela dor, do que ficou

Vou me lembrar e realizar o sonho mais lindo que Deus sonhou

E em meu lugar estar, na espera de um novo que vai chegar

Vou insistir, continuar a esperar e nele mesmo quando a visão se turva

E o coração só chora, mas na alma a certeza da vitória

Mesmo quando a visão se turva

E o coração só chora, mas na alma a certeza da vitória

Eu vou sofrendo, mas seguindo enquanto tantos não entendem

Vou cantando minha história, profetizando que eu posso, tudo posso

Em JESUS!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em princípio, ao Deus de amor e misericórdia pelo dom da vida e por me emprestar um milésimo de calma na confecção deste trabalho e de muitos outros que foram feitos e que ainda o serão.

Agradeço à minha amada esposa Luzinete, por ser companheira, por sempre acreditar em mim e por me dedicar tanto amor (essencial para seguir em frente).

Aos meus pais, Edilson Jacob e Maria de Lourdes por me ensinarem o valor que a educação tem na concretização dos sonhos de quem deseja ser alguém na vida. E por serem ótimos pais na criação que me foi dada, através da orientação do certo e do errado, bem como no desenvolvimento de um senso crítico.

Às minhas irmãs, Amanda e Marilena, por me auxiliarem nos momentos complicados deste caminho, por acreditarem em minhas iniciativas e por existirem em minha vida.

À Madrinha Fátima (in memoriam) e à Lia, por sempre acreditarem em mim e pelo carinho familiar incalculável.

À Família Sousa Lima e à Família Jacob, por confiarem em mim em muitas ações e por serem tão essenciais em minha vida, seja em momentos de descontração, seja em momentos de seriedade.

À Família Ferreira de Oliveira, família que escolhi fazer parte, por me acolher tão bem aqui em Teresina, e em Ipiranga, com o amor e sinceridade e por acreditar em minhas ações através da confiança a mim delegada. Agradeço em especial, à célula familiar da minha cunhada Dalva.

Aos meus queridos amigos (Bruna Nery, Fabrício Wesley, Irla Fernanda, Erickson Diniz, Francisco Eduardo, Lidiany, Andreana) que sempre me incentivaram a seguir em frente por meio de exemplos, momentos de descontração ou mesmo broncas necessárias e precisas.

Às minhas colegas de mestrado, por me darem força nos momentos difíceis que só nós sabemos que passamos nessa caminhada. Um abraço especial para as caríssimas: Silvia Mônica, Ana Cláudia, Luziana, Isana, Djane, Margareth, Jacqueline e Lily Dias.

Aos professores do MEL, em especial ao Prof. Chico Filho e a Profa. Silvana Calixto pelas orientações primorosas nas disciplinas e por ensinarem como sermos curiosos na busca do conhecimento.

À minha orientadora, Maria Auxiliadora Ferreira Lima, por ser muito paciente comigo durante essa caminhada e proporcionar ótimos momentos de descoberta teórica em meio a uma teoria difícil, mas de espetacular abstração linguística.

Ao grupo GETOE, por momentos de discussão teórica e pelos momentos de auxílio em meio as dúvidas que surgiam sobre a teoria.

À professora Maria Angélica Freire, por me incentivar a encarar os desafios da pesquisa científica, me ensinar a beber na fonte dos grandes teóricos e ser grande amiga. Bem como pelas ótimas dicas dadas no Seminário e na Qualificação.

À professora Helena Topa Valentim, por ter aceito fazer parte da minha banca de qualificação e agora de defesa e auxiliado com ótimas colocações, por tornar menos complicadas as acepções da T.O.P.E em seu livro e por ser tão acessível e amiga.

Aos queridos amigos paulistas: Solange, Duane, Stéfano, Soraya, Thatiana Vilela, profa. Marília e Profa. Márcia Romero, pelo suporte logístico em Araraquara e pelas ótimas dicas de compreensão da teoria.

Aos meus alunos da disciplina de estágio docência, por terem me instigado a aprender mais através tantas perguntas feitas no decorrer da disciplina, apreço especial à Priscila, à Andressa, à Gláucia e ao Rodrigo.

Ao professor Kilpatrick Campelo, por ter sido o primeiro a acreditar em mim no meio científico-acadêmico e por ser um grande amigo.

Aos professores de graduação em Letras e do CCE, por terem contribuído significativamente para que eu concluísse em tempo hábil o curso a tempo de assumir o mestrado.

À Capes, pelo apoio financeiro concedido durante 18 meses do mestrado, meses essenciais na concretização deste trabalho.

A todos os não citados, mas que contribuíram significativamente, seja por incentivos ou apoios. Muito obrigado!

RESUMO

A unidade gramatical “logo”, em seu uso efetivo da língua, possui várias possibilidades de valores nas ocorrências de usos. O presente trabalho se vale da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas para analisar como os valores referenciais da unidade gramatical **logo** são construídos nos enunciados. O enunciado é agenciamento de formas resultantes de operações que se estabelecem em uma atividade de linguagem. Nessa teoria, nos fundamos nas concepções tratadas pelos seguintes autores: Culioli (1990) (1999a) (1999b); Danon- Boileau (1987); Desclès (1992); Franckel (1998); Groussier & Rivière (1996); Lima (1997); Neves (2006); Valentim (1998); e Vogué (2006) (2011). O estudo se justifica por compreender o processo de construção dos valores referenciais que a marca em estudo pode adquirir através das relações e das operações de linguagem que ocorrem dentro do enunciado. O processo de construção dos valores emerge das diferentes relações expostos nos enunciados. O *corpora* utilizado é constituído de enunciados colhidos em livros do site <http://lelivros.club> e do Corpus Oral PORFATER. A análise se empreendeu na divisão dos enunciados em grupos, de acordo com modo de constituição enunciativa da unidade em análise. Essa abordagem de análise tem o intuito de facilitar a percepção de como os valores foram constituídos no enunciado.

Palavras- Chave: Logo; enunciação; valor referencial; T.O.P.E

JACOB, Felipe de Sousa. **The construction of Value of Unit Grammatical Logo: an enunciative analysis.** (Master's Dissertation in Letters). Universidade Federal do Piauí- UFPI, Teresina (2015)

ABSTRACT

The grammatical unit **logo** in their effective use of language, has several possibilities for values in the uses of occurrences. This work is worth the Theory of predicative and enunciative operations to analyze how the reference values of grammatical unit **logo** are built in the statements. The statement is resulting forms of agency operations that take place in a language activity. In this theory, founded on the concepts addressed by these authors: Culioli (1990) (1999a) (1999b); Danon- Boileau (1987); Desclès (1992); Franckel (1998); Groussier & Rivière (1996); Lima (1997); Neves (2006); Valentim (1998); e Vogué (2006) (2011). The study is justified by understanding the construction process of the reference values that the brand under study can acquire through relationships and language operations that occur within the statement. The corpora used consists of statements collected in books <http://lelivros.club> site and Corpus Oral PORFATER. The analysis was undertaken in the division of utterances into groups according to the enunciation unit constitution mode analysis. This analysis approach aims to facilitate the perception of how the values were recorded in the statement.

Key-words: Logo; enunciation; reference value; T.O.P.E

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

TOPE- Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas

SE- Sujeito Enunciador

T_n – Tempo Narrativo

T- Tempo Enunciativo

Ev – Evento

π – predicação

ε – operador de orientação

3 – operador espelhado

QNT – Quantitativo

QLT – Qualitativo

λ – léxis

Sit₀ – localizador de origem da enunciação.

Sit₁ – localizador de ocorrência da enunciação

Sit₂ – localizador de referência do evento

GT- Gramática tradicional

NGB – Norma Gramatical Brasileira

:: - prolongamento de vogal ou consoante.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS – UMA TEORIA DA LINGUAGEM	16
2.1 A CONCEPÇÃO DE ENUNCIÇÃO: BENVENISTE E CULIOLI	18
2.2 AS ATIVIDADES DE LINGUAGEM	21
2.2.1 A ATIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO	22
2.2.2 A ATIVIDADE DE REFERENCIAÇÃO	24
2.2.3 ATIVIDADE DE REGULAÇÃO	24
2.3 A NOÇÃO E O DOMÍNIO NOCIONAL: CONCEITOS E PROPRIEDADES	27
2.4.1 A RELAÇÃO PRIMITIVA E A LÉXIS	32
2.4.2 A RELAÇÃO PREDICATIVA	34
2.4.3 RELAÇÃO ENUNCIATIVA	34
2.5 OPERAÇÕES DE DETERMINAÇÃO	35
2.5.1 QUANTIFICAÇÃO	36
2.5.1.1 EXTRAÇÃO	37
2.5.1.2 FLECHAGEM	37
2.5.1.3 VARREDURA (PARCOURS)	38
2.5.2 QUALIFICAÇÃO	39
2.5.3 A NOÇÃO DE GRADIENTE	40
2.6 A FORMA ESQUEMÁTICA	41
2.7 O TEMPO NARRATIVO – UMA VISÃO ENUNCIATIVA	42
3 A VISÃO DOS MANUAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE A UNIDADE GRAMATICAL LOGO	45
3.1 A CLASSIFICAÇÃO DO “LOGO” NA GT	45
3.2 A VISÃO DO “LOGO” PELA GRAMÁTICA NORMATIVA E DE USOS	46
3.3 DEFINIÇÕES DAS CATEGORIAS QUE ENQUADRAM O “LOGO”: ADVÉRBIO E CONJUNÇÃO	47
3.4 A CLASSIFICAÇÃO DOS ADVÉRBIOS DE ACORDO COM A GRAMÁTICA TRADICIONAL E DE USOS	51
3.5 CLASSIFICAÇÃO DAS CONJUNÇÕES DE ACORDO COM A GRAMÁTICA TRADICIONAL E COM A GRAMÁTICA DE USOS	58
3.5.1 BECHARA (2008)	58
3.5.2 ROCHA LIMA	64
3.5.3 CUNHA & CINTRA (2013)	67
3.5.4 NEVES (2000) E A GRAMÁTICA DE USOS:	72

4 QUESTÕES METODOLÓGICAS NORTEADORAS E ANÁLISE DOS DADOS ...	78
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	78
4.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	81
4.2.1 SÍNTESE CONCLUSIVA DAS ANÁLISES:	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
6 REFERÊNCIAS:.....	98
APÊNDICE - OUTROS ENUNCIADOS COLETADOS COM A UNIDADE LOGO..	101

1 INTRODUÇÃO

O estudo das unidades gramaticais em algumas perspectivas de análise linguística tem se vinculado, principalmente, a simples rotulação de valores assumidos pelos elementos em um enunciado, seja devido à tradição gramatical ou mesmo através da questão metalinguística. Essa postura de análise tem trazido bastantes discussões sobre o assunto, bem como conflitos de ordem teórica, e mesmo analítica.

As classificações descritas nos manuais, muitas vezes, não correspondem efetivamente às possibilidades que os elementos podem estabelecer por meio das operações possíveis no enunciado. Um exemplo disso é o fato de o **logo** estabelecer relações com vários elementos do enunciado, como substantivos, verbos ou a palavra a qual ele esteja próximo. E a unidade ao ser classificada como advérbio, a gramática dita que nessa classe gramatical a unidade modifica uma palavra (seja ela um nome, um verbo ou um outro modificador), o que muitas vezes não corresponde, pois a unidade pode adquirir vários sentidos, ao representar um contexto em uma situação emergida do próprio enunciado, dados inclusive pela relação com as outras palavras no enunciado, independentemente da classe gramatical à qual esteja vinculado. Isso se explica, a nosso ver, pelo fato de as classificações não comportarem inteiramente as possibilidades de uso e de comportamentos que a unidade **logo** pode estabelecer

O presente trabalho se justifica por estabelecer uma reflexão linguística acerca da construção dos valores referenciais da unidade gramatical **logo**, visto que muitos estudos já feitos têm privilegiado o enquadramento já dado pela Gramática: o da delegação de valores. A proposta teórico-metodológica pretende compreender o processo de construção dos valores que a marca em estudo pode admitir, bem como as relações e as operações de linguagem que ocorrem dentro do enunciado, no intuito de auxiliar nessa construção de sentidos que se emergem nos enunciados. Assim, pretende considerar a construção dos valores referenciais¹ que o **logo** adquire e como esta interfere e é interferido dentro dos enunciados a qual está inserido.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos: um primeiro capítulo, em que discutimos algumas concepções sobre a Teoria das Operações Predicativas e

¹ Dentro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, os valores referenciais são as possibilidades que a marca em estudo pode ter na sua relação com os outros elementos do enunciado, pois a marca sozinha, não enquadrada em um enunciado não se compõe de um sentido estabelecido.

Enunciativas, uma teoria da linguagem que trabalha o estudo linguístico percebendo a língua como um sistema operatório de construção dos sentidos, que se estabelecem através das relações entre os termos de um enunciado.

Neste capítulo descreveremos os aspectos que auxiliarão na percepção das operações estabelecidas nos enunciados para a construção dos valores referenciais da unidade **logo**. O âmbito teórico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (doravante T.O.P.E) vê o enunciado como um elemento de constituição linguística através de operações complexas, o enunciado é o próprio objeto de estudo. O enunciado, na T.O.P.E, funciona como agenciamento de formas resultantes de operações que se estabelecem em uma atividade de linguagem. Nessa teoria, nos fundamos nas concepções tratadas pelos seguintes autores: Culioli (1990) (1999a) (1999b); Danon-Boileau (1987); Desclès (1992); Franckel (1998); Groussier & Rivière (1996); Lima (1997); Neves (2006); Valentim (1998); e Vogué (2006) (2011).

A discussão de uma teoria da enunciação como a de Culioli não poderia deixar de ser comparada com a teoria da enunciação de E. Benveniste, posto que este último é considerado pela comunidade acadêmica como um ícone de percepção linguística sob o viés enunciativo. A teoria da enunciação de Benveniste trabalha com a perspectiva de produção do enunciado e dos elementos que o constituem, ou seja, uma visão discursiva do enunciado e não uma visão que perceba a construção dos sentidos e dos valores, como a de Culioli.

Após isso, nosso enfoque se voltou para questões concernentes à teoria culioliana, sendo a primeira delas as atividades de linguagem (de representação, de referenciação e de regulação). Essa explanação serviu para compreender as relações que se estabelecem por meio de uma compreensão metalinguística a fim de verificar que fenômenos enunciativos constroem e se reconstroem da percepção mental até a materialização linguística, como a noção, léxis, relações predicativas e enunciativas, relações de determinação, qualificação e quantificação.

No segundo capítulo, traremos os conceitos a respeito da unidade gramatical **logo** tanto sob o olhar da gramática Tradicional e da Gramática de Usos, quanto pelo olhar da Linguística, como também todas as unidades que, assim como essa desempenham funções similares, ditadas por esses manuais. O objetivo de tal explanação foi o de perceber, por meio de descrição e de reflexão sobre o objeto de

análise, os embates existentes na alocação do **logo** em uma componente fixa da gramática, bem como os conceitos que definem essas categorias em contraponto com o seu uso em enunciados.

O terceiro capítulo tratará da metodologia de trabalho e das análises da unidade gramatical **logo** sob o olhar enunciativo.

O aparato teórico metodológico utilizado baseia-se em percepções trazidas pela Teoria das Operações Predicativas Enunciativas de Antoine Culioli. Essa teoria percebe as operações que são estabelecidas pelas unidades que compõem o enunciado através das relações que estabelecem dentro do enunciado, em um jogo de construção de valores referenciais. Essas construções ocorrem por meio do encadeamento de operações que são estabelecidas entre os elementos que compõem o enunciado.

A teoria culioliana toma por base os sistemas de representação linguísticos que se constroem nas relações que dão acesso à linguagem e de que maneira o objeto de análise constrói seus valores referenciais, para isso, utilizou –se um *corpora*: um de modalidade oral, recolhido no livro *Português Falado por Teresinenses* (PORFATER); e outro de modalidade escrita, do site <http://lelivro.club>, em que extraímos elementos da unidade **logo** dos livros: *Fique onde está e então corra* (John Boyne), *Tenda dos Milagres* (Jorge Amado) e *Os sofrimentos do jovem Werther* (John Wolfgang Goethe).

As análises foram empreendidas com o olhar temporal sobre a unidade de análise, visto que em uma observação prévia foi o valor que mais se configurou presente no corpus. No intuito de verificar se os valores temporais, ou aspectuais, eram os que mais prevaleciam, estabeleceu –se uma análise que verificasse como os valores eram construídos pela unidade gramatical. E ao fim do capítulo, apresentamos uma síntese conclusiva das análises. E posteriormente, apresentamos as considerações finais do trabalho.

2 A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS – UMA TEORIA DA LINGUAGEM

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas é uma proposta de pesquisa elaborada por Antonie Culioli. Uma teoria que trabalha o estudo linguístico de modo a perceber a língua como um meio operatório de construção dos sentidos, que se estabelecem através da interligação das relações entre os termos de um enunciado. As operações de linguagem, tratadas no bojo da teoria, influenciam nessa reflexão sobre a linguagem através da correlação das operações que ocorrem na língua, sendo a teoria das operações de fato uma teoria da linguagem.

Para Culioli (1990), “A linguística tem por objeto a atividade de linguagem apreendida através da diversidade de línguas naturais”² (p.14), a qual diz respeito à atividade de produção e reconhecimento dessas formas, que não podem ser desvincilhadas dos textos, que, por consequência, não podem ser desvincilhados das línguas. O enunciado é, por seu turno, o agenciamento de formas, decorrentes da efetivação de um ato de enunciação promotor e agenciador das formas que são conduzidas através dos cenários levantados pelo próprio enunciado.

Vogué (2011) explica que para Culioli “A enunciação não é concebida como um ato: não um ato de um sujeito produzindo um enunciado.” (p.59), ou seja, a enunciação é a constituição dos sentidos que partem do próprio enunciado, sendo o enunciado, na visão dele, o objeto de estudo da enunciação. Culioli percebe que o próprio enunciado é o elemento agenciador dos sentidos e que eles não são pré-estabelecidos pelas palavras, visto que elas não empregam seus significados dicionarizados integralmente, mas que isso se estabelece nessa constituição enunciativa através da relação com os elementos que constituem o enunciado.

O conceito de enunciação se define como o processo de edificação de sentido e este se concebendo através do enunciado. O sentido se constrói a partir da organização das unidades da língua e não ligada a apenas uma marca e sim como determinada palavra influencia para a determinação do sentido do enunciado como um todo. Assim, enunciado não é o resultado de um ato de linguagem, mas uma disposição de formas em que os mecanismos enunciativos analisados se constituem

² Tradução do original: [...] “la linguistique a pour objet l’activité de langages à travers la diversité des langues naturelles.” (Culioli, 1990, p.14)

por representação em encadeamentos de operações. A visão culioliana parte de uma abordagem construtivista que percebe o sentido provindo essencialmente do “material verbal” e o contexto que é levantado para análise é exposto no próprio enunciado. (FRANCKEL, 2011 In: VOGUÉ *et alli*, 2011, p.45)

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas se encaixa como uma teoria enunciativa por perceber o enunciado como o objeto de estudo da enunciação. Segundo Franckel (1998)

“Trata-se de uma teoria da enunciação na medida em que apresenta como objeto o próprio enunciado. O enunciado não é considerado como o resultado de um ato de linguagem individual, ancorado em qualquer aqui e agora por qualquer enunciador. Deve ser entendido como um agenciamento de formas a partir dos quais os mecanismos enunciativos que os constituem como tal podem ser analisados no contexto de um sistema de representação formalizados como uma sequência de operações do qual ele marca” (p.52)³

Assim, o enunciado deve ser entendido como um conjunto de formas que se localizam em um contexto de representação e que são resultantes de um conjunto de operações estabelecidas no próprio enunciado. Enquanto Émile Benveniste se ocupa das condições de criação dos enunciados.

Em princípio, sobre a teoria, é importante delimitar que o objeto de estudo da linguística para Culioli é a atividade de linguagem e as atividades que possuem através da convergência com as operações que irão reger as operações constituintes desta atividade. E que, para se estudar de forma explicada esta questão da atividade de linguagem não se pode apenas pensar em verificar o funcionamento da língua percebendo apenas as configurações que a constituem e as disposições que são dadas por ela, vale ressaltar que essas formas precisam ser estudadas através dos textos e dependentes das línguas.

Para isso, o autor discute a necessidade de se perceber a importância do estudo das diversidades linguísticas, a fim de perceber as propriedades que são comuns para adquirir assim noções de equivalência entre os sistemas linguísticos. Culioli (1990) afirma que é através da diversidade que se busca a *Invariância*.

³ Tradução do original: “Il s 'agit d'une théorie de l'énonciation dans la mesure où elle se donne comme objet l'énoncé lui-même. L'énoncé n'est pas considéré comme le résultat d'un acte de langage individuel, ancré dans un quelconque hic et nunc par un quelconque énonciateur. Il doit s'entendre comme un agencement de formes à partir desquelles les mécanismes énonciatifs qui le constituent comme tel peuvent être analysés, dans le cadre d'un système de représentation formalisable, comme un enchaînement d'opérations dont il est la trace.” (FRANCKEL & PAILLARD, 1998, p.52)

A invariância culioliana, segundo Vogué (2006), não seria somente uma das marcas presentes na abordagem de Culioli. Para a autora, pensar em invariância é abranger, sob uma abordagem comprometida e ambiciosa, a percepção da diversidade das línguas naturais repensando de que maneira a unidade linguística ultrapassa as expressões para além do que é estável e distintivo. Explica, ainda, que dar conta da invariância não é algo que traga alguma segurança ao cientista da língua, por isso é interessante valer-se de uma definição, dada através das manifestações em exemplos, em que

“podemos invocar uma forma de transparência morfológica palavra: o invariante é simplesmente o que não varia. Ou, mais precisamente, o que não varia em outro lugar; essa variação seria dada em alguma ordem proposta pelo sufixo negativo. (Vogüé, 2006, p.302)⁴

Visto isso, é importante explicar acerca das atividades de linguagem que se encontram engendradas no bojo da T.O.P.E⁵, pois, essas conceituações e concepções trazidas por Culioli, além de nos ajudarem em uma melhor compreensão acerca da perspectiva de linguagem, mostraram de que maneira a teoria pode contribuir para uma melhor visão de análise dos itens gramaticais. Mas, antes de discutirmos mais profundamente essas questões é necessário perceber que aspectos diferenciam a enunciação na visão de Culioli da tratada por Benveniste.

2.1 A CONCEPÇÃO DE ENUNCIÇÃO: BENVENISTE E CULIOLI

Como já dito na seção anterior, o construto teórico abordado por Culioli se insere na perspectiva enunciativa, no entanto, a visão de enunciação trazida pelo autor é um tanto diferente da que é conhecida como “a origem enunciativa” de Benveniste. Desta forma, a presente seção objetiva esclarecer alguns pontos diferenciadores entre as duas abordagens e como a visão culioliana pode auxiliar na percepção do enunciado, dentro do quadro enunciativo.

Em uma primeira instância, Benveniste no capítulo “O aparelho formal da enunciação” faz uma descrição do que ele entende por linguagem e quais condições

⁴ Tradução do original «on peut invoquer une forme de transparence morphologique du mot: l'invariant est simplement ce qui ne varie pas; ou plus précisément, ce qui ne varie pas dans ce qui par ailleurs, cette variation étant en quelque sorte proposée par le suffixe négatif. » (Vogüé, 2006, p.302)

⁵ Em alguns momentos, iremos nos referir à Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas simplesmente como T.O.P.E para darmos maior agilidade à escrita do texto.

são postas para que houvesse a consolidação do que seria de fato a enunciação. A visão de enunciação tratada por Benveniste é claramente oposta à de Culioli, o que não quer dizer que isso anule alguns elementos em comum às duas perspectivas teóricas. Vejamos, então como os dois teóricos percebem a enunciação, como eles concebem o enunciado e quais elementos são comuns às duas visões.

Iniciemos nossa visão sobre enunciação verificando uma ordem cronológica. A primeira teoria da enunciação que apontou dentro do quadro linguístico foi a de Benveniste. O autor inovou ao perceber que era necessário fugir da perspectiva tradicional linguística que se fundava na fixação de regras de emprego, bem como a percepção das variações das combinações linguísticas. Ele introduz, assim, uma abordagem que contempla a distinção entre o funcionamento da nomenclatura gramatical e tradicional e as formas de funcionamento da linguagem, percebendo as condições de produção como essenciais para a compreensão do emprego da língua.

O autor ressalta que privilegiar o funcionamento da língua não significa desprezar completamente as descrições linguísticas, mas fazer com que estas sejam empregadas através da percepção da língua em relação ao mundo. Pois, o legado da enunciação é a entrada do sujeito no processo de apreensão dos elementos constituintes da língua e conseqüentemente o modo como esse sujeito utiliza-se desta. Sendo, portanto, na teoria da enunciação de Benveniste, o objeto de análise o próprio ato de enunciar.

O ato de enunciar, bem como os instrumentos de realização, utiliza, em primeiro, o locutor como elemento essencial para a produção do enunciado e como parâmetro para que esse ato ocorra. O autor vê que, antes da enunciação, a língua seria apenas a possibilidade de língua (Benveniste, 2006). E o enunciado, como sendo um evento individual em que se desponha um jogo de formas que funcionam como elementos constituintes do processo de enunciação. Por isso é que se aponta o conceito de aparelho formal da enunciação, pois

“Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação a língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro”.(2006, p.84)

Nessa abordagem, o enunciador ao produzir enunciados se apropria dos elementos constituintes do aparelho formal. Mas, o que seria esse aparelho formal da enunciação que auxilia de maneira tão precisa, ao usuário da língua, a apreender os elementos que a constituem? O aparelho formal da enunciação é um conjunto de formas que se estruturam na formação de um todo, em outras palavras, o teórico considera que as formas e os elementos se unem na formação da língua.

A enunciação, nesta perspectiva, leva em conta os elementos que formam a língua e se constitui como um campo que se define através da consideração do próprio ato de produção do enunciado e da consideração dos elementos que o constituem como: o Eu – enunciador, o Tu – enunciatário e o enunciado, bem como os elementos que o constituem como tal. Essa visão que é traçada por Benveniste sobre enunciação é intimamente ligada à questão discursiva e necessita de um retorno para efetivar-se. Esse mecanismo de efetivação da língua por meio de enunciados emana uma outra questão interessante que é o sentido. O sentido, nessa visão enunciativa, se efetiva através das palavras a partir das questões interativas que são traçadas e que conduzem a uma análise de significado.

Uma outra visão enunciativa é a de Antoine Culioli. Essa visão é ressaltada por muitos teóricos da comunidade científica linguística, que não possuem seus estudos aprofundados na área enunciativa, como uma proposta que dá continuidade à que foi trazida por Benveniste.

É possível que essa ideia seja abordada pelo fato de Culioli dedicar alguns de seus trabalhos a questão dos marcadores discursivos, dentre eles os índices de discurso identificados por aquele autor e por este demarcar o objeto de estudo “como o que não se reduz a uma forma gramatical (uma frase), mas põe em jogo suas próprias condições de enunciação” (Vogué, 2011, p.57)

A vertente de Culioli enquadra-se no viés enunciativo por associar, em seu estudo, a língua por meio das apropriações feitas pelos sujeitos em relações intersubjetivas de uso. No entanto, ao contrário do interesse de Benveniste pelo discurso, por meio do semiótico e do semântico, Culioli prefere tratar essencialmente com enunciados (seu objeto de estudo) e textos. Valendo ressaltar que esse estudo enunciativo não visa a percepção no sentido de texto escrito, mas na designação do

enunciado como um elemento formal em sua disposição através de marcas que auxiliam na construção de uma análise empírica.

A sensação de que as abordagens de Culioli são sucessoras das de Benveniste não partem de meras especulações, realmente, segundo Vogüé (2011), há uma continuação, no entanto, não se refere ao conceito de enunciação, mas é algo que é necessário investigação. A autora continua sua discussão acerca dessa convergência entre os dois teóricos ao dizer que os dois reabilitam a linguagem ao fugir da questão universal *língua-fala*, a essa questão ela chama invariância.

A concepção de enunciação para os dois teóricos se diferencia no ponto em que Benveniste se preocupa na questão da maneira de enunciar, ou seja, na enunciação como um ato em que um sujeito enuncia e que o enunciado seria o produto desse ato. Já Culioli, percebe a enunciação como um processo que é recuperado a partir das concepções que são extraídas do próprio enunciado, em outras palavras, é percebida a forma como o enunciado se caracteriza através de sua materialidade, suas disposições. E atribui ao sujeito da enunciação somente o que consta às operações enunciativas, pois nessa visão “a construção enunciativa decorre de operações de orientação, e, em particular, que passa pela determinação de pontos de vista diferenciados” (Vogüé, 2011, p.60).

2.2 AS ATIVIDADES DE LINGUAGEM

A observação das formas linguísticas na teoria enunciativa culioliana se dá através das operações que resultaram para a construção desse enunciado, ou seja, a partir do que é observável que se procura verificar as questões resultantes na construção do enunciado e para isso, se fará o trabalho a partir de asserções verificando se são aceitáveis. Fazendo assim, manipulações dos enunciados (Culioli, 1990).

Essa percepção feita por Culioli (1990) decorre do fato de que as atividades de linguagem se desenvolvem a partir do momento que se compreende a diversidade das línguas para se estudar o maior número de características e propriedades comuns às línguas, a fim de se adquirir uma sistemática de equivalência entre elas. Visto que, apesar de a língua ser algo inerente ao ser humano, essas propriedades necessitam

de uma equivalência, chamada estabilidade, pois a instabilidade, muitas vezes, é um fator complicador para a análise das propriedades da língua.

Ao tratar de estabilidade Culioli (1990) diz ser necessário vislumbrar as questões do real, ligadas ao empírico, com todos os entremeios que envolvem os fenômenos inerentes às línguas, para então organizar as homogeneidades:

“Foi preciso organizar homogeneidades locais, coletar, ordenar, classificar, manipular, representar, calcular, isto é, descrever fenômenos, que conservam dinâmico e deformabilidade.” (p.20)⁶

Isso diz respeito ao fato de que o linguista, ao se comprometer em encontrar a regularidade e a consequente estabilidade entre línguas, se dispõe a perceber que fenômenos são inerentes ao que deseja estudar. No entanto, para que se tenha essa percepção acerca desses fenômenos, faz-se necessário perceber, por meio das operações de linguagem, como esses fenômenos se constituem a fim que se reportem, através de um trabalho metalinguístico, às relações de exterioridade ao objeto que seja possível oferecer os participantes do processo de enunciação acerca dos dados e do entendimento.

Assim, para melhor clarear a problemática existente acerca da concepção de linguagem, Culioli (1990) vê como necessária a construção de um sistema de representação que perceba sobre a representação da própria língua. Esse sistema de representação corresponde, na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, à primeira atividade de linguagem: a atividade de representação.

2.2.1 A ATIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO

A atividade de representação refere-se à construção de um sistema representativo de língua, segundo Culioli

“ Trata -se, portanto, do nível de representações que organizam as experiências que elaboramos depois da primeira infância, onde construímos a partir das relações com o mundo: os objetos, os outros,

⁶ Tradução do original : “[...] *Il nous fallait organiser des homogénéités locales, collecter, trier, classer, manipuler, représenter, calculer, c'est-à-dire décrire des phénomènes fins, auxquels on conserve dynamisme et déformabilité.*” (Culioli, 1990, p.20)

o fato de pertencermos a uma cultura e discursos do qual nos valemos,” (1990, p. 21)⁷

Esta primeira atividade de linguagem age sob três níveis. Primeiro nível, o que se refere a operação de representação, é o das relações ligadas à percepção mental⁸, ou seja, é uma operação de linguagem que se remete a tudo aquilo que interfere nas coisas do mundo e está pautada às questões de elaboração das capacidades permeadas ao intelecto e que, apesar de inacessíveis ao linguista, são apreendidas através de elementos materiais textuais. Segundo o autor, esse nível é efetuado através das questões que se ligam às propriedades (1990, p.21), pois, esse nível refere-se à formação dos aspectos emocionais e afetivos do sujeito, e tudo o que não é possível acessar de maneira fácil e de contíguo.

O segundo nível, segundo Culioli (1990), tratará das representações ligadas ao linguístico, e sua organização, por meio das formas, constituídas pelas descrições fundamentadas no nível 1. Mas, essas representações acessórias não estabelecem relações de reciprocidade com as do nível 2. Isso é um empecilho, pois caso fosse estabelecida uma relação entre os termos, seria possível que existisse uma nomenclatura para tal ou mesmo a exploração de um código.

Porém, a relação que se estabelece no nível 2 não é a de que para cada valor existiria um marcador, pois pode ocorrer que um marcador se remeta a vários valores, pois isso poderá estabelecer de forma contínua os problemas entre: sinonímia e antonímia, ambiguidade e paráfrase, valores compostos e toda as questões que se referem aos representantes e às representações. (Culioli, 1990)

O terceiro nível é o das construções metalinguísticas, das percepções dos procedimentos de abordagem, da língua em uso e da categorização dos elementos da língua. Segundo Culioli (1990), este nível seria aquele que permite uma construção de um sistema de representação metalinguística, quer dizer, que se funda a partir de descrições de fenômenos linguísticos através da abstração e formalização do que já tratado no nível 2.

⁷ Tradução do original :“*Il s’agit donc, à ce niveau, de représentations qui organisent des expériences que nous avons élaborées depuis notre plus jeune enfance, que nous construisons à partir de nos relations au monde, aux objets, à autrui, de notre appartenance à une culture, de l’interdiscurs dans lequel nous baignons*” (Culioli, 1990, p.21)

⁸ Segundo Culioli, ao falar em cognitivo é possível perceber, de maneira geral, a ação do afetivo ligado ao domínio das coisas racionais do indivíduo, bem como a emoção como um guia dos fatores ligados ao imaginário. (Cf. 1990, p.21)

2.2.2 A ATIVIDADE DE REFERENCIAÇÃO

A atividade de referenciação teria “como pré-requisito a construção de um complexo sistema coordenado intersubjetivo de um espaço referencial, e de objetos linguísticos localizáveis”⁹ (Culioli, 1990, p. 180), ou seja, seria o processo de construção de referenciais e de valores através do municiamento de objetos que se localizam em um estado de coisas determinadas em um espaço. Desta forma, a construção desses valores referenciais é dependente das relações estabelecidas entre os sujeitos e não seria, segundo Valentim (1998), ligado a uma correspondência exterior, mas a localização dos objetos linguísticos no enunciado. Por exemplo, no enunciado: “Por que você trouxe logo aquele casaco?”, a operação de referenciação engendrada pelo enunciado é a de que há um casaco localizável e conhecido por ambas as partes envolvidas no enunciado acima e o **logo** em conjunto com os outros elementos constituintes pode promover um valor específico.

2.2.3 ATIVIDADE DE REGULAÇÃO

A operação de regulação é aquela que trabalha com a linguagem como um sistema de auto regulação e que trata da reflexão sobre a linguagem, através da adequação do que é dito pelo enunciador para uma melhor compreensão do coenunciador, com o intuito de se obter uma melhor compreensão. Exemplificando melhor essa operação, trazemos o enunciado: “Ela terá êxito nos exames, logo ela é muito estudiosa.”¹⁰ É possível observar, com o exemplo, que a regulação promove uma adequação do que foi dito no enunciado explicando melhor o que foi dito anteriormente. Essa explicação ocorre a partir da certeza que se tem do êxito do sujeito de quem se fala com a constatação da característica de “estudiosa”.

Dentro da perspectiva apresentada, acerca das regulações que ocorrem entre sujeito enunciador e o coenunciador, surge, no programa culioliano, uma operação de orientação (representada através do operador $\underline{\epsilon}$). Essa operação, segundo Franckel &

⁹ Tradução do original: “ The prerequisite to reference assignment is the construction of a complex intersubjective coordinate system, of a referential space, and of localizable linguistic objects” (Culioli, 1990, p.180)

¹⁰Exemplos nossos.

Paillard (2011), esteve vinculada a uma primeira etapa da T.O.P.E, e tratava em princípio das relações que eram estabelecidas entre os termos fossem eles: “sequências, frases, unidades lexicais, etc.” (p.91) A partir de uma segunda etapa é que se passou a valorizar questões mais centradas na noção e no domínio nocional.

A relação que se desencadeia a partir do operador ϵ relaciona-se em primeiro com a questão da alteridade e, principalmente uma relação de *repérage*¹¹ que reformula a relação estabelecida. Utilizemos os termos expostos por Culioli (1990) e Franckel & Paillard (2011) e em seguida os exemplos trazidos para melhor entender o funcionamento dessa operação e qual a importância dela para a teoria das operações.

Em princípio, é interessante trazer que o operador ϵ tem a função de relacionar os termos *a* e *b*. Essa primeira relação serve para mostrar que *a* se orienta a partir do dado trazido por *b*, por exemplo quando Franckel & Paillard trazem o exemplo “O livro está sobre a mesa”¹², isso quer dizer que *mesa* é um elemento detentor da propriedade de orientar por ser o localizador do primeiro termo na relação exposta no enunciado, enquanto *livro* possui a propriedade de ser orientado através da exposição que se mostra pela localização trazida por *mesa*. Essas demonstrações se postam ao fato de que as relações que se determinam nos enunciados surgem a partir das concepções existentes no cognitivo dos participantes de uma situação enunciativa.

Ainda, nessa perspectiva, uma outra questão orientadora é apresentada: o operador espelho \exists . Esse operador funciona como mais uma alternativa de comprovação do termo orientador e permite determinar se existe uma oposição determinista/não determinista. Vejamos os exemplos trazidos por Franckel & Paillard (2011): “João tem um carro” e “O carro é de João”.

A partir deles, Culioli (1999a) é levado a introduzir um novo operador para especificar a questão da orientação: o operador espelhado \exists . A operação estabelecida por \exists traz a relação de que “carro” só pode ser entendido se for posto em correlação orientada de localização em relação a “João”, assim, carro detém a propriedade de elemento localizável por “João”.

Representando as operações dos operadores temos que:

$a \epsilon b$ (ou seja, *a* orienta *b*); e que $b \exists a$ (*B* é localizável em relação *A*).

¹¹ *Repérage*: localização.

¹² Exemplo retirado de Franckel & Paillard (2011, p.91)

Os autores explicam que “o sistema de orientação torna-se, assim, indissociável de uma teoria da alteridade, das relações entre o mesmo e o outro”. Em outras palavras, o sistema de orientação funciona como um localizador de classe, instaurador de uma questão ligada ao outro e que pode ser percebido, principalmente, se for relacionado à categoria de pessoa.

Vejamos, mais detalhadamente a operação de *repérage* e de que maneira ela trata da questão de observação de línguas variadas e da percepção dos fenômenos linguísticos.

A produção e o reconhecimento de um enunciado como tal se dá, de acordo com as questões já observadas pela T.O.P.E, através da construção e da reconstrução que ocorrem por meio de marcas que são ajustadas, desde o nível de percepção mental até a materialização do enunciado, por meio de operações que permitem o acesso às representações metalinguísticas. Mas, Culioli (1999a) nos incita a não nos contentarmos apenas com tal apresentação que se dá através desse construto de operações, mas que devemos observar na prática de que maneira essas relações são constituídas no encadeamento das operações com as categorias gramaticais.

Para tal constatação, Culioli (1999a) continua ao dizer que

“A observação minuciosa de línguas variadas e a teorização de fenômenos, aparentemente distantes, me levou a fazer uma relação fundamental chamada: relação de *repérage* (localização), construída pela operação elementar primitiva dita operação de *repérage*.” (p.97)

A percepção do interior de um sistema de referência, sob a operação de localização (determinação de propriedades), reporta ao fornecimento de um valor referencial. Vejamos a fórmula dada por Culioli (1999a) para explicar como a operação de localização age sobre o enunciado: “Dizer que *x* é o ponto de referência por reportar a *y* significa que *x* é localizado (no sentido abstrato do termo), situado por reportar a *y*” (p.97). Em outras palavras, isso quer dizer que a relação de localização tem a função de estabelecer, a partir de uma localização de elementos através da determinação, um valor referencial, partindo de um outro valor e que o primeiro ponto de referência só tem esse valor como estabelecido através desse sistema de localização.

Assim, quando Culioli (1999a) explica que o termo localização deve ser entendido como uma propriedade que mostra que os objetos são constituídos a partir de um sistema, que percebe as noções e as coordenadas enunciativas. O conceito de *repèrage* (localização) deve ser entendido sob o enfoque de que os objetos sempre são compreendidos em um sistema. Ainda, segundo o autor, as relações que empreendem a construção de relativas, de topicalizações, interproposicional, etc, integram as operações de localização.

Vejamos, na seção seguinte, alguns detalhes a respeito da *noção*, que corresponde ao segundo momento da T.O.P.E.

2.3 A NOÇÃO E O DOMÍNIO NOCIONAL: CONCEITOS E PROPRIEDADES

O programa culioliano desenvolveu as percepções dadas a T.O.P.E, essas, por sua vez trazem uma definição linguística ligada à perspectiva mental, que melhor expliquem as representações metalinguísticas sob a orientação da teoria, a essa questão ele nomeia **noção**. A noção, segundo Culioli (1999), “são os sistemas de representações complexas de propriedades físico-culturais, isto é, propriedades de objetos provenientes de manipulações necessariamente presas ao interior das culturas” (p.50)¹³. Ou seja, a noção é formada a partir das questões de experiência de língua com o mundo e implica a relação que se faz das relações e representações do que não é materializável, não dizível, nem exibível, nem fragmentável, não correspondendo aos itens lexicais.

A noção não possui estatuto linguístico, pois ela agrega a questão simbólica, ao envolver elementos de ordem metafórica e trabalha com adequações intersubjetivas. Através da ramificação das propriedades remetidas às experiências, ao reportar aos fatores de ordem física, cultural, antropológica há o estabelecimento de um **domínio nocional**.

O domínio nocional, segundo Culioli (1999b), “É uma propriedade essencial da atividade simbólica, sobre a qual se funda, em particular, o trabalho metafórico e o

¹³ Tradução do original : « [...] sont des systèmes de représentation complexes de propriétés physico-culturelles, c'est-à-dire des propriétés d'objet issues de manipulations nécessairement prises à l'intérieur de cultures. » (Culioli, 1990, p.50)

trabalho de ajustamento intersubjetivo que supõe ao mesmo tempo a estabilidade e a deformabilidade.”¹⁴ (Culioli, 1999b, p.10)

Para Franckel & Paillard (2011), “corresponde à diversidade das ocorrências da noção em função da articulação singularidade/exemplaridade.” (p. 94), em outras palavras, o domínio nocional corresponde ao conjunto de **ocorrências** de uma noção.

As **ocorrências** são a corporificação da noção, ou seja, elas são o intermédio entre a noção (elemento não material e ligado apenas ao cognitivo) e o que seria materializável, da representação mental à correspondência da noção em um nível metalinguístico (Culioli, 1999b) (QNT). Vejamos uma explicação dada por Culioli (1985), sobre uma ocorrência da noção “Este é um cachorro e aquilo é um gato”, chamar um animal de cachorro e um outro de gato só é possível se as características inerentes a cada um desses animais sejam compatíveis com a propriedades físicas validadoras da noção que se tenha do que seria um cachorro e do que seria um gato.

A marcação de QNT, segundo Culioli, diz respeito à operação quantificação, na oposição mínima quantificação/qualificação, comumente tratada QNT/QLT¹⁵ pertencente ao quadro das operações de determinação da T.O.P.E. Mas, quanto a esse ponto, pretendemos nos aprofundar mais à frente acerca da definição e do funcionamento dessas operações.

Por enquanto, para não nos adiantarmos com esses conceitos, deixando, inclusive de tratar dos aspectos importantes da noção, nos ateremos em dizer, nesse momento, que o QNT funciona como um elemento generalizável em que se percebe a perspectiva geral que a ocorrência de uma noção pode estabelecer. E é através desse conjunto de elementos materializados da noção (ocorrência) que conseguimos acessar a materialidade das formas que uma noção pode assumir, ou seja, através das formas que a noção pode assumir é que se tem o agenciamento das formas.

Segundo Culioli (1999b), existem várias maneiras de marcação de QNT, dentre elas: (i) a que baseia-se na operação de construção sob a predicação de existência, que ele exemplifica com a locução “// y a... ou soit”; Para ele, a existência pode ser de duas maneiras: - marcando a passagem de nada para a alguma coisa e não tratando de graus de existência. Como exemplo, nos é dado pelo autor, a possibilidade de dizer

¹⁴ Tradução do original: «*C'est une propriété essentielle de l'activité symbolique, sur laquelle se fonde en particulier le travail métaphorique et le travail d'ajustement intersubjectif qui suppose à la fois stabilité et déformabilité* » Culioli (1999b, p.10)

¹⁵ Dedicaremos uma seção para explicar mais profundamente como essas operações de determinação se comportam dentro do viés teórico culioliano.

“quase morto”, apesar de não ser aceitável usar “quase vivo” – ressaltando os casos em que há distorção capciosa do contexto. (ii) e, em situação diversa, a que trata com uma forma de extração,

“Desde que uma entidade existe, ela se demarca ou pode se demarcar de outras que não existem: a predicação de existência pode tornar-se uma propriedade diferencial.” (Culioli, 1999b, p.11)¹⁶

Percebe-se que a ocorrência é construída através da orientação dada por abstrações. Ela se liga ao que se instala em um enunciado, e conseqüentemente no acontecimento instaurado por esse enunciado, através das questões ligadas ao tempo e ao espaço da enunciação. A isso, Culioli (1999) explica por uma analogia ligada à lógica dizendo que essa coligação espaço-tempo, tratada em um acontecimento enunciativo é especificada por uma **propriedade P**; inversamente ao que é trazido por essa propriedade P, um jogo de determinações são ativadas através do texto constituindo uma **ocorrência**.

Segundo Franckel & Paillard (2011), uma ocorrência não possui um arrolamento consolidado com a noção que é efetivada individualmente. Essa determinação necessita ser instaurada por dois polos organizadores: o **tipo** e o **atrator**.

O **tipo** é uma ocorrência que, através das propriedades que lhes são atribuídas, permite-se identificar como um representante da noção. Em outras palavras, o tipo seria um representante de determinada ocorrência da noção através da sua especificação criada empiricamente e que se constrói por sua especificação. Culioli (1999b), diz que o tipo trabalha com uma dupla operação de identificação/diferenciação e que permite organizar as várias fragmentações que uma noção possui, o que o faz se constituir como uma *ocorrência representativa* e detentora das propriedades de (i) “Ela é definida, ou seja, exibida enunciativamente; e (ii) está conforme a uma representação.” (Culioli, 1999b, p.12)¹⁷. Ou seja, ainda segundo o autor, a representatividade dessa ocorrência é definida pelas propriedades por meio de enumerações e exprime-se pelas formas como: Isso é X, eu conheci X por Y, “Eu chamo X, a ideia que faço de X, um verdadeiro X para mim. (ibidem). Por

¹⁶ Tradução do original : “Dès lors qu’une entité existe, elle se démarque ou peut se démarque d’autres qui n’existent pas : la prédication d’existence peut devenir une propriété différentielle.” (Culioli, 1999b, p.11)

¹⁷ Tradução do original “[...] elle est définissable c’est-à-dire exhibable énonciativement. elle est conforme à une représentation. (Culioli, 1999, p.12)

exemplo: “O racismo é um crime que merece punição severa”¹⁸. O exemplo mostra que o enunciador chama racismo de crime por ter a ideia de que ofender alguém pela cor da sua pele é considerado como uma violação de regras, sendo para o enunciador a noção de que, por exemplo, chamar alguém de macaco é discriminar alguém pela cor do pelo de um macaco.

Culioli (1983)¹⁹ traz um exemplo bastante significativo para explicar essa relação entre a ocorrência e a aplicação das propriedades para construir uma noção, que é o do “cão”. Um cão é um animal que possui propriedades que o configuram como tal, a noção de cão existe e essas propriedades são reconhecidas em todos os animais que possuem as características em comum, fazendo assim que se consiga distinguir um cão de um lobo ou mesmo de um gato. Mas, nós humanos nem sempre tivemos essas propriedades estabelecidas em nossa mente, o que nos fez perceber o que seria um cão do que não seria um cão foi a nossa relação com o empírico. Foi através dessa construção da noção, provinda da experiência cognitiva que foi possível particularizar certas propriedades que diferenciasses as variedades existentes de cão.

O segundo polo organizador fornecido pela noção é **o atrator**, ele permite determinar em que e em qual alcance uma ocorrência se aproxima da noção. E, por não ser um valor relativo, ele é uma ocorrência dotada de singularidade, em outras palavras, trata-se de uma ocorrência que remete ao que é possível na própria predicação que provoca e por isso, não faz outra referência que não a que ele próprio apresenta. Ao se construir por sua própria referência, o atrator se constitui como uma origem única e irrestrita e se caracteriza, segundo Culioli (1999b), a referência criada pelo atrator impossibilita a construção de valores últimos. Vale ressaltar que os valores construídos não são máximos ou supremos a ponto de não serem modificados por designarem outra ocorrência, pois esse valor é, por si mesmo, construído. Tomemos o exemplo dado por Culioli (1999b) para esclarecer: Em uma sentença como “Eu te disse aquilo”²⁰, é possível a característica de atrator, visto que há uma característica abstrata e absoluta por ser específico a uma situação construída.

Refletindo sobre a diferença entre estes dois polos de representação da ocorrência, podemos, então dizer que **o tipo** corresponderia a uma ocorrência representada, como se fosse uma ideia que se tem formada acerca da noção,

¹⁸ Exemplo nosso.

¹⁹ Cf. Culioli (1983) *Notes du Seminaire de D.E.A – 1983-1984*. p.27.

²⁰ Tradução do original “*Je ne te dis que ça*” (Culioli, 1999, p.13)

enquanto o **atrator** ultrapassa a representação de maneira mais abstrata e irrestrita, mas, simultaneamente, existem inversões entre eles. Culioli (1999b) explica que essa inversão

“É compreensível, uma vez que o atrator, estabeleceu um valor absoluto, singularidade com a qual alteridade não pode ser definida. (Cf. O funcionamento dos termos como *pur*, ou *vrai* em francês). Esta singularidade que mantém acima o alto grau, paradoxalmente às relações com qualquer (permutável) que, também, do seu lado e para razões inversas bloqueiam toda a diferenciabilidade.” (Culioli, 1999b, 13)²¹

Esses dois polos organizadores correspondem a noções diversificadas da noção, o que faz com que as estruturações do domínio nocional sejam frutos do efeito que o operador $\underline{\xi}$ trouxe ao domínio nocional.

Vejamos agora que esquemas constituem o enunciado e quais etapas são abordadas na T.O.P.E.

2.4 ELEMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DO ENUNCIADO

A teoria instituída por Antonie Culioli, como já exposto, tem por objetivo tanto explicar os enunciados como de que maneira os valores referenciais são estabelecidos no e pelo enunciado, não sendo, desta forma, estabelecidos através de um sentido que seja pré-construído ou fora do contexto enunciativo, fazendo com que sejam construídos os valores referenciais.

Enunciar para a T.O.P.E, segundo Danon-Boileau é “estabelecer um conteúdo de pensamento indeterminado (formar uma léxis com três elementos); hierarquizar seu conteúdo de pensamento indicando o elemento em torno do qual vai se organizar o enunciado (estado de relação predicativa); situar, enfim, o conteúdo de pensamento

²¹ Tradução do original «*On le comprend, puisque l'attracteur, en établissant une valeur absolue, aboutit à une singularité par rapport à laquelle aucune altérité ne peut plus se définir (cf. le fonctionnement de termes comme pur, ou vrai en français). Cette singularisation qui débouche sur le haut degré entretient paradoxalement des relations avec le quelconque (ou l'interchangeable) qui, lui aussi, de son côté et pour des raisons inverses bloque tout différencialité.* »(Culioli, 1999, p.13)

hierarquizado para a referência: a) à situação de enunciação, b) e com o pensamento pronto para ser abordado.”²² (1987, p.15)

Em outras palavras, enunciar envolve etapas de constituição que dizem respeito a uma espécie de cálculo de marcas que são propensas na constituição de um enunciado. Este cálculo está ligado, desde a contribuição do pensamento de um pré-enunciado, até mesmo à constituição do enunciado como um evento de validação e constituição de sentido. Percebamos, então, de que maneira ocorre essa constituição do enunciado e a descrição detalhada dessas etapas.

2.4.1 A RELAÇÃO PRIMITIVA E A LÉXIS

Sob o viés teórico da T.O.P.E, retoma-se a noção para explicar que, a partir da construção de um domínio nocional propriedades formais são fornecidas. Quer dizer, a construção dos enunciados é permeada de concepções de ordem mais profunda que partem de encadeamentos que são elaborados em três etapas: a primeira delas é a léxis.

A léxis, de acordo com Danon- Boileau (1987), “ é a conjunção de uma forma a um conteúdo”²³ (p.17), em outras palavras, a léxis corresponderia a um esquema primitivo de organização dos elementos constituintes do enunciado. Essa relação primitiva, por sua vez, refere-se à constituição de representação complexa da noção. A essa representação vincula –se um esquema da léxis, que é o mesmo esquema utilizado na constituição de vários outros enunciados.

A constituição de um esquema da léxis é dada pela ocupação de três lugares vazios²⁴, representados por $(0, 1, \pi)$. Um desses lugares é ocupado por um predicado π e os outros dois (0 e 1) por argumentos que podem advir tanto da noção nominal quanto proposicional.

Os lugares que compõem uma léxis são postos de maneira ordenada e representam a organização do ponto de origem (0), do ponto de destino (1) e do

²²Tradução do original : « *Établir un contenu de pensée indéterminé (former un lexis à trois éléments) ; hiérarchiser ce contenu de pensée en indiquant l'élément autour duquel va s'organiser l'énoncé (c'est le stade de la relation prédicative) ; situer enfin le contenu de pensée hiérarchisé par rapport : a) à la situation d'énonciation; b) à la pensée que l'on prête à celui auquel s'adresse. »*

²³ Tradução do original : « *est la conjonction d'une forme et d'un contenu »* (Danon-Boileau, 1987)

²⁴ Uma observação que deve ser vista acerca da quantidades de lugares vazios que compõem uma léxis é que esses três lugares vazios referem ao trato de um enunciado simples, no entanto, isso não quer dizer que não possam ser mais lugares dentro dessa constituição, mas essa escolha ocorre por deixar mais organizada a representação da léxis.

operador que estabelecerá a predicação (π). Utilizemos o exemplo abaixo a fim de demonstrar como se procede a representação da léxis:

Em, Paulo olhou Maria²⁵, temos os lugares representados por uma léxis <Paulo, olhar, Maria> em que Paulo é o ponto de partida, que é regida através de uma predicação agentiva do verbo olhar e Maria o ponto de chegada. Confirmando que a visão dos lugares já destacados acerca do esquema da léxis.

Vejamos outro exemplo, que diferentemente do apresentado, não utilize argumentos nominais. Neste outro exemplo, também extraído de Danon- Boileau (1987), temos o enunciado: Paulo bebe vinho puro. A léxis que o constitui é formada por <Paulo, beber, <vinho-ser-puro>>. Explicando essa situação temos um enunciado formado por **Paulo** como um argumento nominal, **beber** uma predicação agentiva e **vinho puro** como um argumento proposicional. E isso se deve, segundo Danon-Boileau, ao fato de ela postular, nesse enunciado (e conseqüentemente na léxis formadora) que **puro** demarca um atributo do complemento vinho. Da mesma forma que, se utilizasse o atributo **tinto**, teria-se uma constituição demarcada de atributos que permeiam as regras de um vinho e que são estabelecidas para a atribuição de características.

A léxis constitui-se como uma relação primitiva ao passo que estabelece uma relação que parte do todo (Interior/exterior) e por delimitar a fonte e o destino posto por uma predicação. O estabelecimento do esquema da léxis é regido por três regras, de acordo com Danon – Boileau (1987), a saber:

“Em resumo, para o estabelecimento da léxis, o esquema de léxis impõe três restrições: a) há, no máximo, três elementos; b) entre esses três elementos, dois são das noções de argumento e um uma noção de predicador. Assim (menino, amar, comer) não vai ser considerado como uma léxis, mas como uma composição de léxis do tipo: (menino, amar (menino que come), conduzindo, por exemplo a um enunciado do tipo: “O menino gostar de comer”; c) os dois argumentos ξ_0 e ξ_1 são ordenados; 0 é fonte, 1 é propósito.”²⁶ (p.18)

²⁵ Tradução do original: *Paul regarde Marie*. [Exemplo retirado da Danon-Boileau, (1987, p. 17)

²⁶ Tradução do original : « en résumé pour l'établissement de la lexis, le schéma de lexis impose, trois contraintes: il y a, au plus, trois elements; b) parmi ces trois elements deux sont des notions arguments et un seul une notion de prédicat. Ainsi, (garçon, aimer, manger) ne sera pas considéré comme un lexis mais comme une composition de lexis du type: (garçon, aimer (garçon manger)) conduisant, par exemple à un énoncé du type "le garçon aime manger" ; c) le deux arguments ξ_0 et ξ_1 sont ordonnés: ξ_0 est source, ξ_1 est but. » (Danon-Boileau, 1987, p.18)

Com efeito, pensar na composição de uma léxis é, de fato, materializar uma intenção da noção. Vejamos, a seguir, uma próxima etapa de constituição do enunciado: a relação predicativa.

2.4.2 A RELAÇÃO PREDICATIVA

Após organizar um conteúdo de pensamento em uma relação primitiva, passe-se a outra etapa de construção de um enunciado: a relação predicativa. A relação predicativa corresponderia a um reagenciamento dado pelo esquema da léxis que admite definir dois conjuntos: o do termo a partir do qual o enunciado é organizado, chamado termo de partida; e o dos termos restantes. O termo de partida, segundo Santos (2013), diz respeito ao privilégio de um termo escolhido que servirá de base para a alocação dos termos restantes para a constituição do enunciado.

A relação predicativa, a qual será organizada por essa escolha do termo de partida, terá sua constituição a partir das validações das escolhas dadas tanto pela situação enunciativa, quanto pelos enunciadores. Sendo, portanto, uma condição essencial para uma estabilização da relação enunciativa. Mas que não pode ser considerada como uma representação de um enunciado por ainda não estar localizado num espaço e ainda não permitir que se faça uma localização referencial como o que ocorre em uma relação enunciativa. Sendo necessário, para se constituir como enunciado a associação a valores referenciais.

A partir da noção, em uma relação de um enunciado como decorrente de uma localização, operações são postas de maneira ulterior: operações predicativas (operações embrenhadas para a identificação de uma relação predicativa) e enunciativas. Partamos, a seguir, para a explanação de mais um elemento de construção do enunciado: a relação enunciativa.

2.4.3 RELAÇÃO ENUNCIATIVA

As operações enunciativas seriam constituições de uma localização da relação predicativa num espaço referencial que se constitui na e pela enunciação, através de uma refração de um conjunto de valores referenciais que irão construir e reconstruir a relação enunciativa para que ela se constitua em um enunciado.

Um fator importante nesses conceitos da constituição da operação enunciativa e na constituição do enunciado é a definição de valores referenciais que se tem por

“ocorrência linguística da noção determinada pelos valores das categorias gramaticais que marcam a localização da ocorrência numa relação predicativa” (VALENTIM, 1998, p.45), ou seja, seriam o processo de construção do significado do enunciado através da relação entre os seus itens constituintes e a relação destes itens como definidores de referências dadas dentro do enunciado.

Em uma relação predicativa, a léxis encontra-se em um sistema complexo que inclui: um localizador de origem da enunciação (Sit_0), um localizador de ocorrência da enunciação (Sit_1) e um localizador de referência do evento (Sit_2). Esses localizadores compreendem, em sua estrutura elementos essenciais para o acontecimento de um enunciado: os enunciadores (S_1 e S_2) e os localizadores espaço-temporal (T). Culioli (1990), traz uma fórmula que explica a construção de uma situação enunciativa:

$$\lambda \in \langle Sit_2 (S_2, T_2) \rangle \subseteq Sit_1 (S_1, T_1) \subseteq Sit_0 (S_0, T_0) \rangle$$

Equação 1- Fonte: Culioli (1990, p.80)

Com efeito, a relação enunciativa compõe o resultado da instanciação das duas primeiras etapas, pois os elementos antes ligados apenas a organização e instanciação passam, então, a ligar-se a valorização em domínios nocionais e valores que fazem com o que o não-enunciado torne-se um enunciado. Danon-Boileau (1987) explana que uma relação enunciativa envolve duas ordens de definição ao nível enunciativo: a primeira envolve a validação do que foi estabelecido nos elementos que constituem uma relação predicativa, ao perceber um “cálculo” das referências ligadas à noção (já estabelecidas pela léxis e pela relação predicativa) com o que é estabelecido em uma situação de enunciação, através do sistema de *regérage*²⁷.

Além dessas operações que contribuem para a estruturação do enunciado, existem outras que também auxiliam através da construção da determinação, em especial as que tratam das operações de Quantificação e de Qualificação. Vejamos, então, essas operações de determinação.

2.5 OPERAÇÕES DE DETERMINAÇÃO

Ainda na conjectura da T.O.P.E, outro grupo de operações são fundamentais para a percepção das propriedades inerentes às línguas naturais, as operações de

²⁷ Já tratada anteriormente na seção 2.2.3.

determinação. O termo “determinação”, nas ciências linguísticas, segundo Culioli (1999b) encontra –se arraigado a uma referência específica e ao mesmo tempo vaga, pois associar o termo “determinante” à precisão de palavras como artigos definidos e indefinidos e à referência a termos linguísticos, o que mostra que muitas dessas acepções ocorrem de maneira mais intuitiva. Pois, há línguas em que os artigos se quer aparecem em algumas construções.

A determinação se aplica, através de uma preocupação metalinguística, a uma classificação de unidades superficiais que se vincule a significados, considerando a determinação como presente nas operações elementares. E levando em consideração que noção encontra –se dentro dessas operações de determinação em que se encaixam as operações de quantificação (QNT) e qualificação (QLT), as quais trataremos a seguir.

2.5.1 QUANTIFICAÇÃO

Os termos quantificação e qualificação, na teoria de Culioli, não dizem respeito à questão ligada a quantificação lógica. Segundo Culioli (1999b), tanto “A quantificação, como a qualificação, derivam seu interesse teórico no seu status no esquema de individuação; e esta última, que está na base da noção de Determinação gramatical, deve-se basear no quadro geral da atividade enunciativa”. (p.81)²⁸. Em outras palavras, essas operações de determinação, ao tratarem da noção diferenciação, estão, entretanto, estabelecendo uma construção de uma representação de um objeto por meio de distinções e localizações em espaços referenciais determinados.

O esquema de quantificação não se refere ao que seria inanimado, mas ao estado das coisas do mundo, que através, da percepção da localização das representações, pode diferenciar diversos estados. Assim, pensar em quantificação, permite que sejam efetuadas por meio de três operações: a de Extração, de Flechagem e de Varredura (*Parcours*). Vejamos portanto o contributo dessas operações.

²⁸ Tradução do original « Quantification, comme qualification, ne tirent leur intérêt théorique que de leur statut dans le schéma d'individuation; et ce dernier, qui sous-tend la notion grammaticale de Détermination, doit, lui-même, être fondé, dans le cadre général de l'activité énonciative; » (Culioli, 1999b, p. 81)

2.5.1.1 EXTRAÇÃO

A operação de extração corresponde ao destaque dado a determinada ocorrência através de uma especificação de determinada característica através de um isolamento em uma localização espaço temporal. Em outras palavras, essa operação de ordem quantitativa diz respeito ao destaque de propriedades de determinada ocorrência da noção. Vejamos alguns exemplos dados por Lima (1997) que ilustram bem o estabelecimento dessa operação em: “ **Uma criança** sorriu; e Maria convidou **uns amigos** pra jantar.”. No primeiro enunciado, percebemos que ao dizer “**uma criança**” há um destaque em relação a uma criança determinada, da mesma forma que **uns amigos** também é isolado em determinado espaço tempo.

Essa especificação dada, permite que possamos extrair uma ocorrência X de criança, como não sendo qualquer criança que esteja sorrindo, mas uma criança específica e conhecida do sujeito enunciativo. Da mesma maneira que extraímos uma ocorrência X amigos, delimitada noção de amigos, como sendo amigos que pertençam ao conhecimento do sujeito estabelecido no espaço- tempo. Atribuindo determinada característica a uma ocorrência da noção.

De acordo com Culioli (1990), “Extração traz à existência discursiva uma ocorrência individualizada que tem uma outra característica distintiva do que não o fato de que ele tem sido apontada.” (p.182)²⁹ Em outras palavras, a ocorrência de **criança** (no enunciado 1) e de **amigos** (no enunciado 2), surgem como distintivos em determinada realidade discursiva que destoa da tratada fora da situação enunciativa.

A partir de uma operação de extração, uma outra operação se manifesta: a operação de flechagem.

2.5.1.2 FLECHAGEM

A operação de flechagem surge a partir da ocorrência de uma extração de uma noção N, permitindo que uma nova ocorrência da noção N seja traçada. Essa operação pode se efetuar quando a segunda ocorrência é relacionada com a anterior. Ou seja, a operação de flechagem se valida quando a segunda ocorrência da noção

²⁹ Tradução do original: “Extraction brings into discursive existence an individuated occurrence that has a no other distinguishing feature than the fact that it has been singled out.” (Culioli, 1990, p.182)

que é apresentada no enunciado possui propriedades análogas à da primeira ocorrência já extraída.

Lima (1997) nos mostra como Culioli divide operação de flechagem em duas categorias: flechagem contextual e flechagem situacional. Segundo a autora, a flechagem contextual é derivada da composição de um enunciado por anáfora, de expressões formadas por Nome+preposição+nome e de preposições relativas. Por exemplo no enunciado: **O neto de Joana casou-se ontem**. Na composição acima, a formação < neto de Joana > há uma localização de um determinado neto **N** em relação a Joana, que o faz se diferenciar na classes dos netos, por ter a especificação de seu vínculo com Joana. Assim, ainda segundo as percepções de Lima (1997), ocorre uma localização de **filho** com Joana, sendo Joana o elemento determinante e diferenciador.

A abordagem da flechagem situacional diferencia-se um pouco da concepção proposta pela flechagem contextual, pois enquanto aquele trabalha com perspectivas de anáfora ou o uso de um localizador preposicionado, este estabelece uma identificação que estabelece um contraste entre as duas ocorrências de determinada noção. Tomando o exemplo: **Feche a porta**. Tem –se que o elemento da flechagem “ a porta” estabelece características que a classificam de maneira específica. Assim, dentre a classe das portas, é possível observar que há uma distinção de uma porta em particular, que só é estabelecida dentro de uma situação específica. O contraste nessa perspectiva não é estabelecido entre classes, mas entre subconjuntos.

2.5.1.3 VARREDURA (PARCOURS)

As operações de Extração e Flechagem tem por característica a especificação de uma ocorrência de noção através de determinado ponto. Já a operação de Varredura (Parcours) se diferencia das anteriores por não especificar –se em uma ocorrência, mas por percorrer de maneira panorâmica sob várias ocorrências da noção sem delimitar especificamente um valor.

Essa operação, segundo Culioli (1990), trata de uma operação que atua de maneira ordenada, partindo de uma intencionalidade através da construção de ocorrências abstratas, o que faz com que a Varredura se inclua em uma classe nova sob a relação das operações de extração e de flechagem.

Vejam os exemplos de como a operação de varredura atua no enunciado:

Cada um tem a sogra que merece.

No exemplo acima, percebemos que não ocorre uma especificação de determinada ocorrência da noção X ou uma diferenciação de uma ocorrência X para uma ocorrência Y, mas o que há é um percurso entre todas essas ocorrências dentro de uma classe de determinada noção.

Lima (1997) nos traz que, ainda percorrendo essas noções já apresentadas, outras operações de determinação são expostas tanto no quantitativo quanto no qualitativo. Essas ainda desempenham as questões ligadas à intensão e à extensão apresentada por essa noção, elas perseguem as questões ligadas à fragmentação, que permitem assim distinguir ocorrências diferentes.

Em resumo, podemos dizer que as operações de quantificação servem não para tratar com a questão lógica do termo, mas dizem respeito à construção das operações que permeiam a existência de determinadas ocorrências através da percepção das situações espaço-tempo que compõem determinado enunciado. Percebemos agora de que maneira tratam as operações de qualificação.

2.5.2 QUALIFICAÇÃO

As operações de qualificação são o estabelecimento de um jogo que diz respeito ao efeito ligado à diferenciação/identificação, que percebe se as ocorrências mostradas são ou não detentoras das mesmas propriedades de uma noção. O que permite que se estabeleça a construção de uma representação de uma corrente, localizando outras ocorrências dentro desse quadro de definição e estabelecimento, ou não, de um parâmetro de representatividade.

Em outras palavras, as operações de qualificação seriam um conjunto de operações que trabalham com a identificação das ocorrências como sendo pertencentes a propriedades de uma ocorrência da noção. Não se tratando apenas do acréscimo de um qualificador, mas de um agenciamento de outras operações. Vejam alguns exemplos para melhor explicar esse fenômeno metalinguístico: (a) Eu não faço a mínima ideia de onde estou. (b) Ela teve a mínima decência de vir aqui.³⁰ Perceba que em **mínima** está construindo a ocorrência de ideia em (a) e de

³⁰ Exemplos nossos.

decência em (b), ao passo que os qualifica como pertencentes a um domínio nocional e localiza em um movimento que envolve a validação do nome a ser qualificado bem como envolve outras operações que veremos a seguir.

Culioli (1999b) diz que

“A qualificação afeta qualquer coisa existente. Ela é a manutenção possível de aumento do domínio, que nos é caracterizado de maneira provisória, como em registro. Com efeito, será pertinente a todo predicado associado à uma noção de transformação de um pré-construído.”³¹(p.85)

Após essa visão de qualificação, é interessante perceber uma outra maneira de perceber o qualitativo. Trata-se de um conjunto de operações que permite a obtenção de um aspecto mais crítico de se qualificar, por isso veremos na seção seguinte: a noção de gradiente.

2.5.3 A NOÇÃO DE GRADIENTE

A noção de gradiente surge como uma outra maneira de se tratar de qualificação, utilizando, desta forma, uma localização que compõe em uma sequência enunciativa através de uma definição entre o localizador e a ocorrência da noção que está sendo tratada. Em outras palavras, a noção de gradiente seria a organização abstrata que é feita de uma ocorrência dentro de um centro de organização, sendo feita através de graus que permitem perceber a identificação de uma ocorrência, traçando um parâmetro do quanto a ocorrência se aproxima do tipo.

Culioli (1999b) traz uma noção de gradiente baseada em alguns princípios, sendo um deles a construção explicativa dos enunciados. Vejamos alguns exemplos extraídos de Santos (2013) para melhor explicar de que maneira se dá a qualificação: “(a) Paulo escreveu um artigo/(b) Paulo não escreveu um artigo/(c) Paulo escreveu quase um artigo/ (d) Paulo escreveu um livro.

³¹ Tradução do original: « *La qualification affecte un quelque chose d'existant. Il nous est, maintenant, possible d'élargir le domaine, que nous avons caractérisé, de façon provisoire, comme <enregistrement>. E, sera pertinent tout prédicat associé à une action de transformation d'un pré-construit.*» (Culioli, 1999b)

Percebamos nos exemplos acima que há uma diferenciação entre o que Paulo fez, tendo o enunciador uma representação/parâmetro que definiria o limite entre o artigo/um livro. Esse parâmetro é definido pelo sujeito enunciador, pois o limite entre o que seria um artigo ou não, se define a partir das percepções pertencentes a um domínio nocional da ocorrência de artigo. Aplicando as categorias que estruturantes do domínio nocional podemos ter que em “Paulo escreveu um artigo” existe a propriedade de um artigo escrito, sendo localizado, então em um limite de Interior (I) do domínio nocional. O enunciado “Paulo não escreveu um artigo” apresenta o limite que se encontra exterior (E) ao domínio nocional de artigo, pois o que Paulo escreveu não se enquadra na noção de artigo. Já o enunciado “ Paulo escreveu quase um artigo” enquadra –se em um parâmetro de fronteira (F) do domínio nocional, pois não se localiza nem no interior da noção, de ser um artigo, nem no exterior, de não ser um artigo.

Neves (2006) nos explica melhor como funcionariam as questões de localização das zonas do domínio nocional:

“Resumindo, topologicamente, o domínio nocional, temos: a) uma zona interior (I), com um centro atrator, onde se situam as ocorrências validadas; b) um exterior (E), onde se situam as ocorrências não validadas; c) uma zona Interior-Exterior (IE), anterior a toda validação e compatível com I ou com E; d) e de uma fronteira (F), que pode ou não ser construída linguisticamente. (NEVES, 2006, p.42)

Após nos municiarmos das concepções de QNT e QLT, que são percepções essenciais na construção de valores referenciais, bem como basilares no entendimento das propriedades primitivas metalinguísticas. Assim, para perceber o funcionamento de nossa unidade de análise é necessário utilizar uma fórmula que explique a unicidade de uso mais comum. A essa fórmula, Culioli chama de Forma Esquemática, então, vamos a ela.

2.6 A FORMA ESQUEMÁTICA

A forma esquemática é a descrição e o cálculo da construção de um sistema de representação metalinguística. Essa descrição diz respeito à observação da abstração do objeto de estudo, verificando a regularidade que determinada unidade de análise carrega em sua marca de reconstrução dentro do jogo metalinguístico que

se constrói através das operações de linguagem que dão conta dos problemas de ordem metalinguística.

Segundo Culioli (1990), pensar em uma forma esquemática trata-se de empreender uma análise abstrata em que se permite verificar e aprofundar o conceito exercido em um domínio. Tendo em vista essa visão, a forma esquemática funciona como um agenciador de princípios e esquemas que permitem exercer uma construção da unidade linguística em seu exercício no enunciado.

Culioli (1990) diz que

“A partir desta representação formal, que eu chamo *forma esquemática*, se constituem as formas suplementares que são, de fato, das deformações de uma forma de base. A questão é compreender a organização dos dispositivos deformáveis.” (p.116)³²

Ainda segundo o autor, tratar de uma forma esquemática corresponde a limitar, através de uma representação formal as operações que se constroem sob o olhar do Qt (Qnt e Qlt) e do Sit (S, T).

Assim, após percebermos algumas questões relativas à T.O.P.E, abordaremos, a seguir, como a gramática Normativa e de Usos percebem o nosso objeto de estudo e as classes gramaticais, o qual se enquadra, para que possamos, posteriormente, analisar dentro do viés aqui apresentado, a visão enunciativa construída do “logo” nos manuais.

2.7 O TEMPO NARRATIVO – UMA VISÃO ENUNCIATIVA

As categorias tempo e aspecto são categorias inerentes às línguas. Essas dimensões linguísticas, que são bastante analisadas na T.O.P.E por ultrapassarem os limites exclusivos da frase chegando ao patamar do enunciado, diferenciam –se através de particularidades que, segundo Desclés (1994) são estabelecidas na organização do enunciado.

³² Tradução do original « A partir de cette représentation formelle, que j'appelle *forme schématique*, se constituent des formes supplémentaires qui sont, en fait, des déformations de la forme de base. La question est de comprendre l'organisation de ces dispositifs déformables. » (Culioli, 1990, p. 116)

O autor inicia sua explanação sobre o tempo mostrando que é necessário diferenciarmos duas noções importantes sobre a perspectiva de um valor temporal/aspectual, para isso, esclarece que para ultrapassar o enunciado e chegar à questão textual são necessários de seis conceitos chave. O primeiro trata da diferença entre o tempo linguístico e o tempo referencial externo.

O tempo linguístico, segundo Desclés (1994), demarca-se através de marcas linguísticas estabelecidas nas/pelas línguas que se desdobram em operações temporais-aspectuais. Sendo estas “(i) operações enunciativas; (ii) operações de visão aspectual; (iii) categorizações semântico-cognitivas expressas essencialmente pelo léxico verbal.”³³ (Desclés, 1994, p. 58)

Já o tempo referencial externo “é o tempo crônico, um tempo do calendário, um tempo cósmico (apreendido pelo movimento dos astros). Uma conceituação desse tempo leva ao tempo matemático newtoniano, idealizado, representável por uma linha.”³⁴ (Desclés, 1994, p. 58)

O segundo conceito trata da necessidade de se perceber que um registro enunciativo se liga à enunciação, enquanto um registro narrativo é relativamente independente da enunciação, mas liga-se a ela em uma referência narrativa, como ocorre em um texto e em diversos modos de enunciação e de registro.

O terceiro conceito trata da importância de se observar a noção de localização temporal do enunciador como um fator de organização temporal/aspectual, sendo essa localização a noção de um instante não realizado.

O quarto conceito trata de que a caracterização aspectual (ligada à estado, evento e processo) liga –se aos princípios cognitivos das situações referenciais.

O quinto conceito diz que não se deve reduzir o *processo enunciativo* a apenas o momento da enunciação, visto que a passagem do tempo pressupõe o início, mas não o fim de um evento. Dessa forma, “O processo enunciativo não pode ser reduzido a um simples ‘momento da enunciação’ pontual, mas como todo um processo que

³³ Tradução do original: “(i) les opérations énonciatives; (ii) les opérations de visée aspectuelle; (iii) des catégorisations sémantico-cognitives exprimées essentiellement par le lexique verbal”

³⁴ Tradução do original: “est un temps des chroniques, un temps des calendriers, un temps cosmique (appréhendé par le mouvement des astres). Une conceptualisation du temps externe a conduit à un temps mathématique newtonien, idéalisé et représentable par une ligne”

'consome' do tempo, pressupondo um evento inicial (o início da enunciação, mas implica dar conta de um fim".³⁵

E o sexto conceito trata das noções de estado, evento e processo como associadas à validação de uma relação predicativa, por meio de intervalos. O autor destaca o desenvolvimento do enunciado como um evento em que ocorre um encadeamento de operações aspecto-temporais que operam para a constituição de uma relação predicativa.

A respeito dessa relação aspecto-temporal, é necessário trazer que operações enunciativas são empreendidas em uma análise de marcação de tempo-aspecto para os enunciados extraídos de narrativas. Acerca disso, Desclés (1994) trata dos referenciais narrativos, também chamados de referenciais não atualizados. Para o teórico, as situações narrativas " são situações recuperáveis de maneira relativa (são localizações anafóricas) e as noções de fundo e primeiro plano, em seguida, tomam uma grande importância."³⁶

Em outras palavras, Desclés (1994) nos mostra que as situações narrativas devem ser analisadas através de operações de *réperage* que se desdobrem nas marcas do tempo, através dos dêiticos e dos diferentes valores que uma marca pode assumir em enunciados diversos, bem como através das estruturas discursivas.

Antes de verificarmos essas diferentes questões a respeito das situações narrativas, é importante conhecermos as diferentes classes gramaticais que nossa unidade de análise pode se apresentar. Passemos agora a apresentação das classes gramaticais, embasadas nos aportes de grandes linguistas e gramáticos da língua portuguesa.

³⁵ Tradução do original: «*le processus énonciatif ne peut pas être ramené à un simple "moment d'énonciation" ponctuel puisque chaque processus d'énonciation "consomme" du temps, il suppose donc un événement initial (le début de l'énonciation mais n'implique pas la prise en compte d'une fin* » Desclés (1994, p. 57)

³⁶ Tradução do original: «*les situations sont repérables de façon relative (ce sont des repérages anaphoriques) et les notions d'arrière-plan et de premier plan prennent alors une plus grande importance.* » Desclés (1994, p.61)

3 A VISÃO DOS MANUAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE A UNIDADE GRAMATICAL **LOGO**

O presente capítulo tem por finalidade explicar um pouco sobre os conceitos que regem a unidade gramatical **logo** tanto sob o olhar da gramática Tradicional e da Gramática de Usos, quanto pelo olhar da Linguística. Essa abordagem pretende, através de uma descrição e de uma reflexão sobre o objeto de análise, perceber os contrastes que permeiam a alocação do **logo** em uma categoria fixa da gramática, bem como os conceitos que definem essas categorias em contraponto com o seu uso em enunciados.

Essas concepções são de extrema importância no empreendimento das análises, pois é através dessa visão da gramática que nosso trabalho, sob o olhar da T.O.P.E, se configurará como uma melhor opção em observar os valores que as unidades gramaticais adquirem no enunciado. E que esses valores não se encontram ligados à uma categorização de classe gramatical, mas que se estabelecem por meio de uma gramática operatória de percepção do funcionamento no enunciado.

Vejamos, então, como as gramáticas não adeptas do viés operatório da língua percebem a unidade **logo** em categorias gramaticais. Para, *a posteriori*, tratarmos das análises.

3.1 A CLASSIFICAÇÃO DO “LOGO” NA GT

A unidade gramatical **logo** possui uma classificação um tanto diversificada (e suas correlatas que são produto de sua junção com outros elementos), sem ligação com o cenário enunciativo, sendo classificada, de acordo com a gramática tradicional das seguintes maneiras: advérbio de tempo, circunstancial adverbial, como conjunção (ou locução) subordinativa temporal e coordenativa conclusiva. E na Gramática de usos, o item **logo** é visto como advérbio circunstancial e como conjunção subordinativa adverbial temporal, quando acrescida por “que”.

Na classe relacional, como as conjunções, os elementos constituintes são oriundos de outras classes gramaticais e o **logo** é um desses elementos derivativos, sendo ele provindo do advérbio temporal possuindo inclusive, em alguns momentos, um caráter aspectual.

Quanto à visão da unidade lexical **logo**, algumas discussões são trazidas por autores consagrados, vejamos, então, como eles classificam o **logo** e qual a definição que cada classe gramatical possui na visão deles, a fim de entender, através do confronto das definições, como ocorre a localização categorial dos elementos.

3.2 A VISÃO DO “LOGO” PELA GRAMÁTICA NORMATIVA E DE USOS

Bechara (2008), vê que o **logo** pertence à classe adverbial (circunstancial de tempo), no entanto, ao que consta à alocação desse item gramatical à classe relacional das conjunções coordenadas, como fazem outros gramáticos, o autor diz tratar-se de uma incoerência, para ele

”a tradição gramatical tem incluído entre conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações interoracionais ou intertextuais. É o caso de pois, logo, portanto, entretanto, contudo, toda via, não obstante. [...] tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas.” (p.322)

Em outras palavras, Bechara (2008), percebe que o **logo**, bem como outros elementos, como demarcadores intertextuais ou interoracionais. Mas, não concorda com o fato de muitos autores alocarem esses itens gramaticais como pertencentes à classe das conjunções, apesar de terem sua identidade notadamente semelhante. A explicação dada pelo autor é a de que as conjunções coordenativas trabalham somente a efetiva ligação entre os itens pertencentes a um mesmo valor semântico e de mesma função sintática, enquanto os advérbios podem ser situados em diversas posições dentro da oração.

Já para um derivado como **logo que** estabelecido dentro das conjunções subordinativas, o autor não faz qualquer ressalva, alocando inclusive como sendo uma locução conjuntiva subordinada (ou transpositor) temporal que se remete a um tempo posterior imediato. Vejamos o exemplo trazido para explicar “*Logo que saíram, o ambiente melhorou.*”³⁷.

³⁷ Exemplo extraído de Bechara (2008, p. 329).

Cunha & Cintra (2013) e Rocha Lima (2012), não seguem o caminho recomendado por Bechara (2008) e trazem a classificação de **logo** como sendo: advérbio temporal, conjunção coordenativa conclusiva e conjunção subordinativa temporal. Sua denominação irá depender essencialmente da relação que estabelece dentro da oração em consonância com a alocação junto aos outros elementos constituintes estruturalmente.

Neves (2000) traz a mesma denominação classificatória dos gramáticos já elencados, no entanto, a autora inova ao trabalhar o advérbio circunstancial temporal **logo** sob olhar semântico e tratar da relação existente nesse item gramatical com as categorias do tempo e do aspecto, bem como refletindo a questão dêitica que os advérbios de tempo possuem essencialmente. Quando refere-se à unidade **logo** seguida de “que”, classifica-a como conjunção temporal, mas deixando claro que essa é formada pela junção entre um advérbio e o elemento “que”, a saber: antes que, depois que, logo que, assim que, sempre que.

No entanto, essas classificações, apesar de serem as mais trabalhadas no meio escolar não tratam das várias possibilidades que a unidade lexical pode assumir dentro dos enunciados, posto que ela somente faz taxonomias e classificações sem levar em consideração que, em um mesmo enunciado, o valor pode ser diversificado, se levarmos em conta a questão relativa ao contexto que emerge do enunciado, como também a entonação.

Vejamos as definições dadas às classes em que o **logo** se enquadra, para perceber como os gramáticos se esquecem de observar o valor da unidade ao se preocuparem tanto com essas questões taxonômicas do item gramatical.

3.3 DEFINIÇÕES DAS CATEGORIAS QUE ENQUADRAM O “LOGO”: ADVÉRBIO E CONJUNÇÃO

Depois de nos inteirarmos de maneira detalhada como Bechara (2008) e outros autores trazem os empregos dados a **logo** e seus correlatos, nossa visão se voltará agora para noções de advérbio e de conjunção trazidas pelos autores. Essa abordagem tem o intuito de delimitar que razões levaram esses gramáticos a especificarem quais funções o nosso objeto de análise teria como adequadas ou inadequadas em uma análise linguístico-gramatical. Vejamos então como isso ocorre.

Bechara (2008), em sua exploração das classes gramaticais na obra *Moderna Gramática Portuguesa*, expõe que o advérbio, como classe gramatical, trata-se de um elemento ou expressão que funciona como um modificador em si mesmo, por explorar uma circunstância e preencher na oração a função de adjunto adverbial. O advérbio provém de nomes ou pronomes e tem referência ligada a verbos ou, quando ligado a grupos nominais, a adjetivos e a advérbios (funcionando nesse caso como um intensificador). As circunstâncias desempenhadas pelo advérbio podem ser de tempo, modo, intensidade, condição, dentre outras.

Para ele, pelo fato de o advérbio ser uma classe com bastante diversidade, torna-se complexa a atribuição de uma única classificação que permita a identificação. De maneira geral, é comum encontrar o advérbio com uma íntima relação com o verbo modificando-o, no entanto, a relação que o advérbio trata no enunciado, segundo Bechara (2008) “amplia a extensão em que se espalha o conteúdo manifestado no predicado” (p.290). Em outras palavras, o advérbio de certa forma trabalha como um intensificador da ideia que é estabelecida dentro de predicado, expondo inclusive os demais elementos que se conformam na formação enunciativa.

Expondo agora a visão do gramático acerca de conjunções, tem-se a divisão clássica de conjunções coordenadas e subordinadas, denominadas conectores e transpositores, respectivamente. Os conectores possuem a função de reunir orações que, pertencendo ao mesmo nível sintático, sejam independentes entre si e que podem aparecer como enunciado separador. Já os transpositores têm a função de unir uma oração subordinada ao nível de uma função sintática exercida por uma oração complexa.

Cunha & Cintra (2013) conceitua advérbio como um simples modificador do verbo, apesar de reconhecer que seja possível que ele assuma outras funções dentro do enunciado, que ele complementa ser um acréscimo peculiar de alguns advérbios.

Ao abordar a definição de conjunção, ele traz que se tratam de elementos que funcionam como relatores de duas ou mais orações através da adjunção feita por termos semelhantes. Classifica as duas como coordenativas - ao relacionar termos e orações de mesma função e as subordinativas - as que ligam especificamente duas orações com intenção de completar o sentido uma da outra.

Rocha Lima (2008) vai pelo mesmo caminho tratado por Cunha & Cintra (2013) quando trata de advérbio, mas acrescenta a ideia de expressão de uma circunstância que circunde o sentido do verbo. Partindo para a definição de conjunção, este autor reitera o que já foi dito anteriormente, mas traz como diferencial o detalhamento das relações estabelecidas entre os elementos relacionados. Vejamos como Rocha Lima (2008) traz essas relações das conjunções:

“Conjunções são palavras que relacionam entre si: a) dois elementos da mesma natureza (substantivo+substantivo, adjetivo+adjetivo, advérbio+advérbio, oração+oração, etc.)b) duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação.” (p.234)

As conjunções para o autor acima são elementos que funcionam como relatores de sentidos, por trabalharem com a determinação entre itens oracionais ou interoracionais. Desta forma, pensar em conjunções nessa perspectiva gramatical é tratar o sentido como apenas provindo dos itens que a conjunção relaciona, esquecendo, portanto, de mencionar que esse elemento relator pode ser provido de sentido dentro do enunciado, e isso o autor não deixa claro, como foi possível ver, em sua apresentação sobre conjunções.

Outra visão sobre a definição dessas duas categorias gramaticais nos é necessária, por isso, é interessante trazer a observação de Neves (2000) com a Gramática de Usos, uma publicação que se destoa das demais por trabalhar com mais funcionalidades e descrições acerca dos itens gramaticais e morfológicos. Percebamos, então, a perspectiva trazida pela autora sobre advérbio e conjunção, respectivamente.

Neves (2000) inicia sua abordagem expondo que há diversos pontos que compõem a conceituação de advérbio, a primeira delas é de um ponto de vista morfológico que o define como uma palavra invariável, excetuando –se o caso dos quantificadores que têm sua concordância flexionada em gênero e número como, por exemplo, e de alguns empregos de advérbio no diminutivo. A autora exemplifica para o primeiro caso o enunciado “É que ela tá meia doente, já não tem vontade.”³⁸ considerado pela GT como erro. Para o segundo caso a autora exemplifica com os

³⁸ Exemplos extraído de Neves (2000, p. 234)

enunciados³⁹: “Agorinha mesmo”; “Os castigos vinham depressinha”; “O povo esquece loguinho”.

O segundo ponto de definição trazido por Neves (2000) é o de tratar o advérbio como uma palavra adjunta de um núcleo, denominado palavra periférica. Essa dominação é instaurada no nível sintático que se dá pelo fato de o advérbio incidir sua atuação sob um núcleo determinado, podendo ser em: (1) um verbo como em “Não grite tanto menina, sua garganta ficará inflamada”, (2) um adjetivo “ Sua pele é muito sensível”, (3) um advérbio “Não chegue tão tarde na aula. ⁴⁰Temos seminário para apresentar”, (4) um numeral “Passei quase duas horas a esperar um médico”, (5) um substantivo “Um sonho assim deve ser esquecido”, (6) pronome “É isso mesmo que ela quer: me envergonhar”, e (7) uma conjunção “ Ela é uma moça comportada, muito embora use roupas muito curtas”.

Em suma, o advérbio na visão da autora seria uma palavra que possui sua definição dependente de um olhar morfológico ou sintático, mas que se configura como sendo uma categoria que constrói um sentido no enunciado através das circunstâncias que suscita por sua aparição.

No que se refere às conjunções, Neves (2000) localiza esses itens em uma dinâmica de determinação estruturante à função de junção. Para a autora, é necessário que existam elementos que funcionem como determinantes conectores entre os elementos das orações e os elementos fora da estrutura oracional, ampliando sua função ao âmbito textual.

Nesse sentido, estabelecer essa necessidade de junção entre os elementos diz respeito ao fato de que há uma específica relação de analogia ao que ocorre na construção textual, assim a autora, em sua abordagem ligada a uma Gramática de Usos, critica a GT ao dizer que “Utilizando muitas vezes o conceito dependência estrutural, ou sintática, contraposta a independência semântica, a gramática tradicional dá indicações de percepção da especificidade dessa relações, mas não questiona a diferença de estatuto” (Neves, 2000, p. 601). No entanto, mesmo percebendo as razões de uso sob o viés da Semântica a autora ainda não alcança a perspectiva da construção do sentido que a própria unidade, pertencente à categoria

³⁹ (ibdem)

⁴⁰ Exemplos nossos.

das conjunções pode estabelecer. E é nessa ausência, que nossa abordagem pretende trabalhar sob a construção do sentido da unidade no enunciado, em conjunto com os demais elementos do enunciado, no sentido de estabelecer um valor que pode ser assumido pela unidade de análise.

Vejamos, agora, de que maneira os gramáticos supracitados percebem o advérbio e a conjunção e de que maneira os dividem e os classificam, em uma visão mais tradicional, e sob uma visão mais linguística, com Neves (2000) está enquadrada a unidade gramatical **logo** e suas correlatas.

3.4 A CLASSIFICAÇÃO DOS ADVÉRBIOS DE ACORDO COM A GRAMÁTICA TRADICIONAL E DE USOS

A presente seção tem por objetivo verificar de que maneira a GT, tomando por referência Bechara (2008), Cunha & Cintra (2013) e Rocha Lima (2012), categoriza o advérbio. A intenção dessa amostragem é perceber como essa classificação é meramente prescritiva e que utiliza o sentido estabelecido como algo inato da própria palavra, desprezando a construção das possibilidades de relação em um enunciado.

Iniciemos a abordagem com a classificação posta por Bechara (2008), por se tratar de uma gramática que possui maior circulação no meio acadêmico e, conseqüentemente funcionar como referência a muitos professores da educação básica.

Iniciando a classificação dos advérbios, Bechara (2008) trata das combinações que podem ser feitas com os advérbios, sob as circunstâncias de tempo e lugar, que podem ser feitas com as preposições, por marcarem melhor a função, vejamos alguns dos exemplos dados pelo autor: “Por agora, estão encerrados os trabalhos”; “Até então os telefones não funcionavam”; “Desde cedo já havia compradores de ingresso.”.

Outra combinação que é deflagrada nesse sentido é a da composta por um Advérbio com um elemento *que*, formam, por seu turno locuções conjuntivas adverbiais tais como em: “Agora que tudo serenou, podemos retornar”; “Sabíamos que ele estava errado sempre que gaguejava”; “Ainda que estude, terá de aperfeiçoar-

se depois que se gradue.”. Com base nessa perspectiva de os advérbios originarem outros elementos pertencentes a outras classes gramaticais é que têm se tornado comum, segundo o autor, que alguns gramáticos passem a classificar esses advérbios como conjunções coordenativas causais, isso se deve ao fato de a mobilidade devida aos advérbios, localizados normalmente no início de orações.

Alguns advérbios também são formados a partir de adjunções de outras classes como: preposições com substantivos, preposições com adjetivos e, como já vimos, preposições com advérbios. É comum que essas composições apareçam em hipotaxe como preposição introduzindo um adjunto adverbial como em: apenas, em frente, em cima, depressa, debaixo, em baixo (embaixo), detrás, etc. Há também a transformação de uma preposição em advérbio, devido a sua alocação no enunciado, como no exemplo⁴¹: “O vizinho escreveu contra o argumento”. A palavra “contra” se transforma em um advérbio por demarcar, dentro do enunciado, uma circunstância, no entanto, essa percepção, na visão tradicional, corresponde a uma situação incomum.

O advérbio constitui uma transposição de uma palavra variável para invariável, configurando – se como não flexionável.

Quanto a formação de uma locução adverbial envolve uma preposição, que é invariável, a um substantivo, fazendo com que esse último desempenhe uma função que a princípio não lhe é usual, a essas ocorrências temos a formação, segundo Bechara (2008) de: com efeito, de graça, às vezes, em silêncio, sem dúvida, por prazer, etc. Há outros casos, em que há formação de advérbio através da configuração preposição+substantivo, mas que o substantivo pode vir com um acompanhante ou mesmo ser omitido, como em: *de nenhum modo*, para o primeiro caso; e *à francesa*, para o segundo.

Agora, no que consta aos papéis semântico- sintáticos estabelecidos pelos advérbios, emergem as circunstâncias já conhecidas quando se trata de explicitar sobre a classe dos advérbios⁴²: assunto- “Eles discutem sobre política”; causa – “Ela quase me matou de susto”; companhia – “Sair com ela para jantar é agradável”; concessão - “Voltaram a frequentar o bar, apesar do vexame de antes”; condição –

⁴¹ Exemplo retirado de Bechara (2008).

⁴² Exemplos nossos.

“Não sairá sem levar Denise”; conformidade – “Resolveu o problema de acordo com as instruções”; Dúvida – “Talvez eu chegue tarde em casa”; fim – “Viajou para descansar”; instrumento – “Bateu com a cara no poste”; intensidade – “Preste mais atenção”; lugar – “Lá está a casa de Bianca”; modo – “Vieram às pressas para casa”; referência – “O que sobra *em glória* de ousados e venturosos navegantes, minguanos *em fama* de enérgicos e previdentes colonizadores.”⁴³; “tempo – Fui ao shopping ontem.”; negação – “Não me venha com suas lamentações.”

Além dessas circunstâncias apresentadas, Bechara (2008) apresenta também outras relações, propostas como denotações de sentidos. Essa proposta, segundo o autor, surge a partir das percepções apresentadas por José Oiticica e referem – se às relações transfrásticas que atendam determinadas funções textuais e que não são atendidas pelas funções semântico-sintáticas apresentadas anteriormente, mas que, de forma equivocada na visão do autor, são alocadas dentre os advérbios, a essa classe distinta dá – se o nome de **denotadores**. Vejamos, portanto, quais seriam essas relações, através de exemplos a seguir: (i) inclusão (também, até, mesmo, etc): Até o Guilherme foi a festa de Pedro.; (ii) exclusão (só, somente, salvo, senão, apenas, etc): Apenas os que foram intimados devem comparecer à Delegacia.; (iii) situação: Então acredita que ela seja inocente? (iv) retificação (aliás, melhor, isto é, ou antes, etc): Venha para casa às 20h, aliás, venha às 19h.; (v) designação: Jaz um homem de bom coração.; (vi) Vocês é que são os escolhidos para limpar o recinto. (vii) expletivo (lá, só, ora, que): Vejam só que arrogância!; (viii) explicação (a saber, por exemplo, isto é): São três arrogantes, isto é, pessoas sem educação.

A observação, dessas outras circunstâncias trazidas por Bechara, de acordo com as percepções de José Oiticica, enriquece a gama de possibilidades em se utilizar a classificação circunstancial, mesmo que esses não possam ser considerados como advérbios. Ao nosso ver, essa crítica feita por Bechara já pode ser considerada um início na mudança de posição categorial rígida em que se percebe que muitos dos itens gramaticais não se encaixam em todas as situações a categorias gramaticais pré-determinadas. No entanto, ainda não mostram de que maneira é possível construir uma identificação de identidade dentro do enunciado, por isso a importância de se trabalhar em uma visão operatória da linguagem. Nesse sentido, continuemos a

⁴³ Exemplo extraído de Bechara (2008).

revisar de outros gramáticos acerca do advérbio no intuito de contrastar as visões expostas e de perceber como a maneira de classificação trazida por eles se afasta de uma percepção mais construtivista do sentido dos elementos constituintes do enunciado.

Outro gramático, já tratado anteriormente, é Rocha Lima (2012) que distribui paulatinamente o advérbio nos seguintes tipos: de dúvida (talvez, quiçá, acaso, porventura, provavelmente, eventualmente, etc.), de intensidade (muito, pouco, assaz, bastante, demais, excessivamente, demasiadamente, etc.), de lugar (abaixo, acima, além, aí, ali, aqui, cá, dentro, lá, avante, atrás, fora, longe, perto, etc.), de modo (bem, mal, assim, adrede e muito adjetivos adverbializados com o acréscimo (ou não) do sufixo – mente) e de tempo (ainda, agora, amanhã, ontem, logo, já, tarde, cedo, outrora, então, antes, depois, imediatamente, anteriormente, diariamente, etc)

A exposição feita pelo gramático é exatamente como tratada acima: descritiva e sem qualquer contextualização ou exemplo que clarifique o funcionamento desses advérbios. Assim, ele prossegue expondo que é comum que duas ou mais palavras se agrupem funcionando como advérbios, a essa junção ele denomina locução adverbial e elenca: “às vezes, às cegas, às claras, às escondidas, às pressas, às tontas, de propósito, de frente, de repente, de um golpe, de viva voz, em mão, por atacado, por milagre, etc. Em seguida, já expõe dois tipos de advérbios: os advérbios relativos e os interrogativos.

A exposição dos advérbios relativos e dos advérbios interrogativos prossegue de maneira mecânica como já feita anteriormente, no entanto seguida de exemplos para melhor esclarecer o uso. Os primeiros são o *onde*, *quando* e o *como* – e se aplicam em orações adjetivas, seguidos de antecedentes, ou seja, a existência de uma situação pré-construída e de conhecimento aos dois participantes do evento de enunciação, por exemplo: *A cadeira está onde você deixou*. Os segundos, são aqueles utilizados em perguntas diretas ou indiretas (*onde*, *quando*, *como*, *porque*) e aplicam as circunstâncias de lugar, tempo, modo e causa, por exemplo: *Quando você chega? Onde coloquei os óculos?*

Passemos agora para a abordagem de Cunha & Cintra (2013) sobre a classificação dos advérbios.

Segundo Cunha & Cintra (2013), “os advérbios recebem a denominação da circunstância ou de outra ideia acessória que expressam” (p.556). Dentre as circunstâncias expressas, o autor mantém a abordagem já anteriormente exposta aqui.

A classificação, dentro da Nomenclatura Gramatical Brasileira, se dá com: advérbios de afirmação (sim, certamente, efetivamente, realmente); advérbio de dúvida (acaso, porventura, possivelmente, provavelmente, quiçá, talvez, etc); advérbio de intensidade (assaz, bastante, bem, demais mais, menos, muito, pouco, quanto, quão, quase, tanto, tão, etc.); advérbio de lugar (abaixo, acima, adiante, aí, além ali, aquém, aqui, atrás através, cá, defronte, dentro, detrás, fora, junto, lpa, longe, onde, perto, etc); advérbio de modo (assim, bem, de balde, depressa, devagar, mal, melhor, pior e quase todos os terminados em *-mente* como: levemente, fielmente, etc. ; advérbio de negação: não; advérbio de tempo: agora, ainda, amanhã, anteontem, antes, breve, cedo, depois, então, hoje, já, jamais, logo, nunca, ontem, outrora, sempre, tarde, etc.

Já na Nomenclatura Gramatical Portuguesa, três outros tipos são acrescentados: os advérbios de ordem (primeiramente, ultimamente, depois, etc); os advérbios de exclusão e os advérbios de designação. Segundo o autor, esses dois últimos tipos não apresentam características muito comuns aos advérbios, por isso eles são tratados em separados pela *NGB* como palavras denotativas. Vale ressaltar que, ao elencar todos esses itens que se enquadram em uma tipologia adverbial, o autor não expôs qualquer exemplo que demonstrasse o funcionamento deles em uma situação efetiva de uso.

Já ao trazer a tipologia dos advérbios interrogativos, são expostas outras subdivisões e alguns exemplos⁴⁴: (i) de causa (por que?) - Por que ela não foi ao mercado? (ii) de lugar (onde?) – Onde está o dinheiro? (iii) de modo (como?): Como você chegou aqui? (iv) tempo (quando?): Quando ela chega a Teresina?

A tipologia dos advérbios relativos não é uma categoria que esteja exposta, segundo Cunha & Cintra, na Norma Gramatical Brasileira, no entanto, é comum

⁴⁴ Usaremos exemplos nossos.

encontrar alguns gramáticos que estabeleçam essa tipologia, sendo o representante a unidade “onde”.

Vejamos agora como ocorre a abordagem de Neves (2000), através de sua visão da Gramática de Usos. A autora traz uma ampla abordagem sobre advérbio, valendo ressaltar que os aspectos tratados por ela estão ligados à GT, mas observam vários aspectos ligados ao uso que, muitas vezes são considerados como inadequados ou como erros gramaticais pela NGB.

Segundo a autora, é possível agrupar os advérbios em duas subclasses: os advérbios modificadores e os não-modificadores.

Os advérbios modificadores são aqueles que interferem no sentido do elemento ao qual irá se referir. A essa interferência chama-se predicação. Esses tipos de advérbios são subclassificados, pela autora como: Advérbios de modo (ou qualificadores), advérbios de intensidade (ou intensificadores), advérbios modalizadores (epistêmicos, delimitadores, deóticos e afetivos). Observemos a seguir como Neves (2000), traz cada um desses tipos de advérbios:

Os advérbios de modo (ou qualificadores) “qualificam uma ação, um processo ou um estado expresso num verbo ou num adjetivo” (Neves, 2000, p. 236). Em outras palavras, são advérbios que demarcam ações ou processos através da modificação do sentido por meio de qualidades atribuídas. Por exemplo: Paula dançou *graciosamente* no baile da escola.

Os advérbios de intensidade são aqueles que reforçam a ideia apresentada por um adjetivo, verbo ou advérbio. Tornando – a mais intensa. Por exemplo: *Joana disse que, por hoje, comeu bastante*. É possível, também, que um advérbio de modo seja utilizado como um advérbio de intensidade. Isso acontece quando o uso remete a uma propriedade de gradação do elemento modificável como, por exemplo, em: *Ela está bem triste com a briga*.

Os advérbios modalizadores são tipos de advérbio que “modalizam uma asserção” (Neves, 2000) e podem ser de três tipos: (i) Epistêmicos ou asseverativos – por indicarem uma crença, opinião ou mesmo uma expectativa sobre uma asserção. Por exemplo em “Luiza certamente sente falta de Pedro.” Há uma marcação de uma crença por parte de quem produz este enunciado dada pelo advérbio certamente. (ii)

Delimitadores ou circunscritores – põe em questão a veracidade de uma asserção através de um ponto de vista determinado. Por exemplo em: “*A política no Brasil, historicamente falando, está repleta de contraventores.*” O enunciado demonstra a veracidade do enunciado ligada a um ponto de vista histórico. (iii) deônticos – são advérbios que expõem ideias de obrigação e de necessidade. Por exemplo no enunciado: “As crianças devem portar obrigatoriamente o material para as aulas.” (iv) afetivos e atitudinais – esse tipo de advérbio indica a opinião afetiva do enunciador em relação ao conteúdo do enunciado. Por exemplo: “Infelizmente, Maria não foi à aula”. Depois de observar as especificações sobre os advérbios modificadores, vejamos como são tratados os advérbios não-modificadores.

Os advérbios não-modificadores são aqueles, segundo Neves (2000) que não afetam o sentido do elemento o qual está incidindo. Eles se subdividem em dois grupos: os que incidem sobre a verdade do enunciado e os que não o fazem.

Dentre os que incidem sobre a verdade do enunciado tem –se os advérbios de afirmação como em: “Joana foi sim ao mercado.” e de negação. Os de negação se sobrepõem, quando ocorrem de maneira subsequente como em advérbios exclamativos e interrogativos, pois a negação é o que opera o enunciado.

Os advérbios não incidentes não tratam sobre o valor de verdade do enunciado. Eles podem ser: Advérbios circunstanciais, advérbios de inclusão, advérbios de exclusão, advérbios de verificação.

Tratando dos advérbios circunstanciais, eles podem se tratar de circunstâncias de lugar e de tempo, como em: “Veja se minhas coisas estão lá fora, no jardim” e “Por favor, não esqueça de passar logo na panificadora e comprar os pães para o café da manhã.”

Existem, ainda na categoria dos advérbios circunstanciais, aqueles que são utilizados em situações de interrogação. A interrogação, aqui tratada, pode ocorrer maneira direta ou indireta. Os advérbios falados são o “onde” e o “quando”. Vejamos os exemplos a seguir para melhor compreender essa utilização dos advérbios em uma outra função: “Onde está o dinheiro?” –uma interrogação locativa; E “Quando você chegou a Teresina?” – uma interrogação temporal.

Ainda na vertente dos advérbios que não operam no valor de verdade do enunciado, tem-se alguns advérbios que atuam como elementos focalizadores no enunciado, sendo eles: (i) inclusão, que podem ser: de inclusão com incorporação de outro elemento, por exemplo: “Ela é uma pessoa que também pensa nos pobres”; e inclusão com exclusividade, como em, por exemplo: “Essa casa foi cedida exclusivamente para sócios do Clube de Campo.” (ii) advérbios de exclusão, um exemplo dessa aplicação é o enunciado: “Está quase certo que eu vá no cinema, exceto se eu souber que Flávia irá.” (iii) advérbios de verificação, como no exemplo: “A humildade está justamente no reconhecimento de que as coisas são simples”

Após vislumbrarmos a classificação dada aos advérbios pelo manuais gramaticais, observando como as Normas Gramaticais Brasileiras em conjunto com as percepções dos autores nos em observar como eles fazem a classificação da classe das conjunções. Essa abordagem sobre classe é importante para que percebamos, de acordo com as Normas Gramaticais, como se enquadra nosso objeto de estudo e os itens da classe para posteriormente expor como tratar os itens gramaticais sob o olhar de uma gramática operatória.

3.5 CLASSIFICAÇÃO DAS CONJUNÇÕES DE ACORDO COM A GRAMÁTICA TRADICIONAL E COM A GRAMÁTICA DE USOS

Ainda no sentido de verificar as diferentes abordagens trazidas pelos autores da GT e da gramática de Usos, a presente seção versará sobre a maneira como a classe relacional das conjunções são tratadas nesses manuais de apoio. A intenção, como já foi trazido e que ainda assim merece ser reiterado, é de traçar um parâmetro no tratamento das classificações trazidas pelos manuais, bem como, observar como o sentido da unidade gramatical é tratado no seu uso efetivo a ser proposto posteriormente.

3.5.1 BECHARA (2008)

Seguindo a ordem já tratada nas seções anteriores, traremos a visão classificatória trazida por Bechara (2008). Como já foi dito anteriormente, o autor

classifica as conjunções em duas tipologias: as coordenadas chamadas pelo autor de conectores e as subordinadas nomeadas como transpositores.

Os conectores têm a função de reunir orações que se encontram estabelecidas em um mesmo nível sintático. Por isso, as orações que são conectadas têm um estatuto de independência, pois podem figurar como orações em separadas, sem que haja qualquer prejuízo no que diz respeito ao sentido. Vejamos um exemplo acerca dessa condição dos conectores: “João se prepara para ir à festa, e Maria não quer sair de casa.”

Caso a conexão existente entre as duas orações seja dissolvida pela retirada do conector “e” o sentido das duas orações não será comprometido: “ João se prepara para ir à festa”, “Maria não quer sair de casa”

O conector, segundo Bechara (2008), tem por função de “reunir unidades independentes, pode ‘conectar’ duas unidades menores que a oração, desde que do mesmo valor funcional dentro de mesmo enunciado” (p.319). Em outras palavras, o conector não une apenas orações independentes, também une palavras de mesma função em um enunciado, a saber: dois substantivos, dois pronomes, um pronome e um substantivo, dois adjetivos, dois advérbios, dois verbos ou duas preposições.

Os conectores, na visão do autor, podem ser classificados em três tipos, que se destoam de acordo com as relações envolvidas na união dos elementos no enunciado: aditivas, alternativas e adversativas.

Os conectores aditivos são aqueles que demarcam uma união de elementos através de uma ideia de uma simples adição. Essa ideia de adição pode ser demarcada positivamente com o conector “e” e negativamente com o conector “nem”. Exemplificando o uso dessas duas ideias demarcadas pelos conectores aditivos temos⁴⁵: positivamente – “Maria veio pra casa e João ficou no trabalho”; negativamente: “Maria não tem medo nem respeito pelos malfeitores.”

Os conectores alternativos são aqueles que fazem a união dos elementos através de uma percepção ligada a alternativa entre itens, mostrando uma

⁴⁵ Exemplos nossos.

equivalência entre os itens. O item por excelência que é utilizado é o conector “ou” e pode aparecer sozinho ou duplicado: “Querer ou poder, uma questão de perspectiva”

Esses conectores, por disporem de uma ideia de alternância, fazem com que uma enumeração distributiva se desenvolva e, conseqüentemente, o uso de advérbios com a ideia de alternância como : já, bem, ora (duplicados ou não); ou mesmo verbos como: quer... quer, seja... seja. Bechara (2008) diz que, nesses casos, pelo fato de esses últimos não serem conectores (conjunções), as orações que eles ligam são consideradas apenas justapostas.

Os conectores adversativos são aqueles que unem unidades ou enunciados por meio da explanação de uma ideia de oposição. Os conectores adversativos trazidos por Bechara (2008) são: mas, porém e senão. Uma diferença básica entre o conector adversativo e os conectores aditivo e alternativo é que enquanto esses últimos fazem a relação entre duas ou mais unidades, aquele restringe – se a apenas dois elementos. Seguem exemplos de uso dos conectores adversativos⁴⁶:

“Não gosto de música sertaneja, mas me obrigam a ouvir diariamente”; “Cláudia não concorda com as ideias de Paula, porém as ideias são necessárias”

“ Não discordo de todas as conquistas, senão daquelas por apadrinhamento.”

Após expor as categorias de conectores, Bechara (2008) traz algumas unidades adverbiais podem funcionar como conectores, isso se deve ao fato de existir uma correspondência de ordem semântica que existe entre os conectores. Nesse caso, os advérbios: pois, logo, portanto, entretanto, contudo, todavia, não obstante; podem estabelecer relações interoracionais ou intraoracionais. As relações que são estabelecidas podem ser de ordem explicativa (pois, porquanto, etc), conclusiva (pois [posposto], logo, portanto, então, assim, por conseguinte, etc.) e adversativas (contudo, entretanto, todavia).

Bechara (2008) diz que apesar de existirem relações estabelecidas por esses advérbios com tendências a conectores, não se deve enquadrá-los como tais

“Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramaticologia da língua portuguesa”. (p.322) Isso se deve ao fato de os conectores

⁴⁶ Exemplos nossos;

estabelecerem relações entre palavras de mesmo valor ou função sintática, enquanto os advérbios, apesar de terem identidade próximas, se relacionam de formas diversas através de uma relação frouxa que não restringe a posição em que podem aparecer no enunciado.

Ainda tratando acerca da classe relacional, Bechara (2008) traz sua concepção sobre os transpositores, mais conhecidos como conjunções subordinativas. Os transpositores possuem a função de estabelecer uma relação de equivalência da oração com o substantivo, no sentido de promover o exercício da função sintática que o substantivo exerceria na oração complexa⁴⁷.

O transpositor “que” se enquadra ao nível do substantivo é chamado de conjunção integrante e o “que” que promove a relação ao nível do adjetivo é chamado de pronome relativo. O autor diz que a língua portuguesa encontra-se desprovida de uma grande variedade de transpositores e, por isso, prossegue expondo as conjunções e as locuções conjuntivas que compõem o rol dos transpositores através de uma composição ligada ao viés semântico: (i)causais, (ii)comparativas, (iii)concessivas, (iv) condicionais, (v) conformativas, (vi) consecutivas, (vii) finais, (viii) modais, (ix) proporcionais, (x) temporais. Vejamos quais conjunções compõem essa tipologia e que relação semântica elas exprimem⁴⁸.

As conjunções causais são aquelas que ao iniciarem orações exprimem os motivos justificadores do que foi posto na oração principal, compõem essa tipologia: que, porque, como, visto que, visto como, uma vez que, desde que⁴⁹, etc; Por exemplo: *Ela não virá mais aos ensaios da banda, porque não namora mais Pedro.*

As comparativas exprimem uma ideia comparativa entre os elementos expostos nas orações subordinadas, os transpositores comparativos podem ser de duas maneiras: assimilativa ou quantitativa. A primeira estabelece uma correlação de uma coisa, uma pessoa, uma qualidade a outra já conhecida, usando –se: como, qual,

⁴⁷ Entende –se por oração complexa, aquela que é formada por um ou mais de seus termos como orações subordinadas, a representação mais comum de utilização é do uso do “que” sob uma função do substantivo. A oração complexa se diferencia do grupo oracional, segundo o autor, porque a primeira se aplica em orações subordinadas, enquanto a segunda trata da relação com orações coordenadas.

⁴⁸ Junto a classificação dos transpositores, traremos exemplos nossos para compreender a aplicação desses itens interoracionais na visão exposta por Bechara (2008).

⁴⁹ Vale ressaltar que na visão de Bechara (2008) o uso de “desde que” como de ordem causal tem sido amplamente criticado de forma injusta por gramáticos sendo admitido somente de ordem como conjunções temporal/condicional.

assim, tal, assim como; Por exemplo: Paula não faz academia, assim como não faz qualquer esporte. E a segunda, compara seja na quantidade ou intensidade pessoas, coisas ou fatos conhecidos, sendo classificada em: inferioridade (menos), superioridade (mais) e igualdade (como ou quanto), como nos exemplos: Inferioridade - Ela é menos cautelosa do que Paula nas aulas de arte.; Superioridade - Bruno espera mais do que é preciso nas filas.; Igualdade - Pedro é tão bom com os outros que os trata como se fossem da família.

As concessivas exprimem ideias contrárias que não interferem ou modifica o exposto da oração principal (ainda que, embora, posto que, se bem que, apesar de que, etc); Como, por exemplo: Embora seja cauteloso, Pedro sempre derruba os copos da bandeja.

As condicionais quando iniciam uma oração podem exprimir: (i) uma condição para se realizar o exposto na oração principal; ou (ii) um fato que se contradiz com o exposto na oração principal. (se, caso, sem que, uma vez que – acompanhada de um verbo no subjuntivo, dado que, contanto que, etc; Por exemplo: Bianca pode ir ao clube, contanto que termine o dever de casa.

As conformativas, ao iniciar uma oração, exprimem uma ideia de concordância com o exposto na oração principal (como, conforme, segundo, consoante), como em: Luísa foi comportada no passeio conforme combinamos.

As consecutivas, exprimem efeitos ou consequências do exposto na oração principal (tal, tanto, tão, tamanho). Por exemplo: João é tão teimoso que chega a irritar.

As conjunções finais exprimem intenções, finalidades, objetivos do que foi exposto anteriormente na oração principal. As conjunções utilizadas são: para que, a fim de que, que, porque. Por exemplo: Essa casa foi vendida, para que todos recebessem da herança.

As conjunções modais exprimem modalidades executadas através do que foi exposto na oração principal. A única representante é “sem que”, vejamos essa aplicação: Ele lavou toda a louça sem que ninguém mandasse. Vale ressaltar que, segundo Bechara (2008) a tipologia das conjunções modais não foi abarcada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, apesar de ser tratada dentre as circunstâncias adverbiais.

E traz, ainda, as conjunções temporais que exprimem o tempo da realização do que foi exposto na oração principal. Tem –se como representantes seis circunstâncias de temporalidade, a saber: (i) anterioridade – primeiro que, antes que, por exemplo: “João foi a escola antes que eu mandasse”; (ii) posterioridade – depois que, quando, por exemplo: “Pedro e João me obedeceram depois que se machucaram.”; (iii) tempo posterior imediato - logo que, tanto que, assim que, desde que, eis que, senão quando, eis senão que; por exemplo: “Logo que saí da sala, os alunos começaram a bagunçar”. (iv) tempo frequentativo ou repetitivo – quando (verbo no presente), todas as vezes que, cada vez que, sempre que, por exemplo: “Sempre que ela chega em casa, uma novidade é contada.”. (v) tempo concomitante: enquanto, (no) entretanto que (uso raro): “Dormiu enquanto dirigia”; (vi) para tempo terminal – até que: “Gritou até que foi ouvido”.

Empreender uma descrição do que trata Bechara (2008), nos faz perceber como a abordagem trazida por ele é um tanto mecânica e prescritiva do uso das palavras em suas categorias. Não quer dizer que a abordagem gramatical trazida por ele seja inadequada, mas deixa muitas brechas no que diz respeito ao uso efetivo da língua.

Muitas das palavras colocadas em classificação por ele podem se desdobrar de acordo com o prescrito, como também podem divergir completamente. Mas, essa é uma reflexão que pretendemos nos aprofundar mais à frente quando expusermos nossa visão baseada em uma gramática operatória da língua, na intenção de verificar os usos dos elementos através do comportamento dentro de enunciados. Por ora, continuemos nossa visão dos manuais, no intuito de melhor perceber a diferença entre a visão gramatical mais tradicional e a pretendida pela gramática operatória proposta com base na teoria de Culioli.

Outro gramático que elegemos para tratar de como são classificadas as conjunções, seguindo a ordem já trabalhada nos advérbios, é Rocha Lima (2012). Vejamos, então, qual é o tratamento dado pelo autor à classe relacional, verificando o quanto diverge dentro da própria gramática normativa e mais à frente com a gramática operatória que pretendemos expor.

3.5.2 ROCHA LIMA

Rocha Lima (2012) inicia sua abordagem classificatória acerca das conjunções seguindo pelo caminho da divisão em coordenadas e subordinadas. O desdobramento da categoria das coordenadas se dá em cinco classes: aditivas, adversativas, alternativas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas. E as subordinadas como: causais, concessivas, condicionais, conformativas, comparativas, consecutivas, finais, proporcionais, temporais e integrantes.

Iniciando a descrição classificatória de Rocha Lima (2012), tem –se as conjunções coordenativas aditivas que, na visão do autor, tratam de relacionar pensamentos correspondentes. As duas representantes das conjunções aditivas são o “e” e o “nem”, sendo a primeira para unir afirmações e a segunda duas negações. Por exemplo: “Ela chegou e dormiu.” (afirmações); “Ela não chegou, nem ligou.” (duas negações)

As conjunções adversativas têm por função relacionar pensamentos divergentes. A conjunção mais utilizada nessa categoria é o “mas”. Sendo possível, também, utilizar outras palavras no sentido adversativo, não aguçando a contrariedade de ideias, mas a concessão, a saber: porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto. Exemplificando o uso, tem –se: “Gosto muito de viajar, mas não tenho tempo para passear.”

As conjunções alternativas permitem exercer relações em que os dois elementos relacionados se excluem. Usa – se: ou (repetindo ou não), além de outros que dão a ideia de alternativa, como: ora... ora, quer...quer, já...já, seja...seja. Por exemplo: “Ou se aceita as condições estabelecidas, ou desiste da negociação.”

Tem – se, ainda no rol das coordenativas, as conjunções conclusivas, que vinculam orações no sentido de estabelecer uma conclusão entre o que foi dito na oração antecedente. Quem estabelece esta relação são as conjunções: logo, pois⁵⁰, portanto, conseqüentemente, por conseguinte. Como exemplo de uso temos: “Tuas ideias são ultrapassadas, logo, deves ter ideias inovadores.”

⁵⁰ O autor sinaliza o fato de que a conjunção “pois” não pode ser utilizada no início de orações, sendo seu uso condicionado somente após o termo a que se refere.

A última tipologia coordenativa, exposta por Rocha Lima (2012), é a das explicativas. Essa tipologia relaciona os elementos oracionais estabelecendo uma sequência explicativa da primeira oração em uma segunda. As conjunções mais utilizadas são: que, pois, porque, porquanto. Por exemplo: “Venha para casa, pois te esperam para uma conversa.”

Seguindo, agora, o olhar para as conjunções subordinativas o autor as classifica em 10 tipologias. No entanto, ao contrário do que fez nas conjunções coordenativas, as quais elaborou explicações de uso, com as conjunções subordinativas o autor simplesmente as enumerou, expos as conjunções que podem ser usadas dentro de cada tipologia e trouxe um exemplo e é desta maneira que traremos.

A primeira delas é a das conjunções subordinativas causais: que, porque, porquanto, como, já que, desde que, pois que, visto como, uma vez que, etc. Por exemplo: “Pedro não vai à escola, porque está com muita dor de cabeça.”

As conjunções concessivas, são representadas por: embora, conquanto, ainda que, posto que, se bem que, etc. Por exemplo: “Fui ao banco, embora estivesse muito apressado.”

As conjunções condicionais são representadas por: Se, caso, contanto que, sem que, uma vez que, dado que, desde que, etc. Por exemplo: “Vou a sua casa, se tudo acontecer como planejado.”

As conjunções conformativas são: como, conforme, consoante, segundo. Por exemplo: “João cumpriu o acordo, conforme o combinado.”

As conjunções comparativas são: que, do que (relacionado a advérbios de intensidade), qual (ligado a tal), como (ligado a tal, tão, tanto), como se, etc. Por exemplo: “Essa escola é bonita tal qual as escolas federais.”

As conjunções consecutivas têm por representantes: que (relacionado com tal, tão, tanto, tamanho), de modo que, de maneira que, de sorte que, de forma que. Por exemplo: “Paula foi tão inconveniente na ocasião que poucas pessoas a cumprimentaram.”

As conjunções finais trazidas pelo autor são: para que, a fim de que, porque, que, etc. Por exemplo: “Jesus Cristo se sacrificou para que fossemos salvos do pecado”

As conjunções proporcionais são: à medida que, ao passo que, à proporção que, etc. Por exemplo: “João se animava à medida que arrumavam sua festa de aniversário.”

As conjunções temporais são: apenas, mal, quando, até que, assim que, antes que, depois que, logo que, tanto que, etc. Por exemplo: “Antes que eu seja questionado, defenderei meu ponto de vista.”

As conjunções integrantes são: que (para informação certa) e se (para informação indefinida). Por exemplo: “Notou que ela a decisão correta” e “ Percebeu se ela chegou bem?”

A maneira como Rocha Lima (2012) trouxe as conjunções subordinadas difere significativamente do trato com as coordenadas, o que torna possível verificar que a abordagem trazida por ele não prevê uma reflexão acerca do uso dessas unidades linguísticas, mas que promove o uso prescritivo da língua. Esse uso prescritivo se demarca de maneira bastante forte através da distribuição das categorias sem qualquer explicação nas conjunções subordinativas. Nossa crítica sobre a abordagem de Rocha Lima (2012) é justamente a de ele não privilegiar os usos e de somente elencar as que pertencem a determinada categoria sem explicar de que maneira os usos de determinados elementos gramaticais podem implicar na perspectiva da construção do sentido dentro dos enunciados.

Assim, insistimos em dizer que uma proposta de análise dos elementos gramaticais sob um viés enunciativo torna mais clara a visão acerca dos sentidos, segundo a T.O.P.E., que são construídos no próprio enunciado. Ademais, antes de nos atermos a essa abordagem, a ser tratada no próximo capítulo, em que analisaremos sob o olhar da enunciação o uso do item gramatical através de sua construção do sentido, continuaremos a ver como o a gramática do renomado Celso Cunha traz as conjunções em seu bojo e em seguida como a gramática de usos de Neves (2000) vê o uso dessas conjunções.

3.5.3 CUNHA & CINTRA (2013)⁵¹

Como já foi tratado anteriormente os autores Celso Cunha e Lindley Cintra, as conjunções seriam palavras com a função de conectar duas orações ou dois termos com função parecida dentro de uma mesma construção oracional. Eles seguem o modelo de muitos gramáticos ao estabelecerem a divisão das conjunções em dois grupos: o das coordenadas – que fazem a relação dos termos ou das orações com função gramatical correlativa; e o das subordinadas – que unem orações que tem seus sentidos integralizados uma com a outra. Vejamos, então, a explanação dos autores acerca dessa classe gramatical, iniciando pelas conjunções coordenadas.

As conjunções coordenadas são divididas em cinco tipologias, já conhecidas: aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas. As primeiras, na visão dos autores, são as conjunções aditivas, conhecidas por serem aquelas que apenas ligam dois termos ou duas orações com funcionalidades idênticas. Como representantes dessa tipologia tem –se “e” e “nem”, como no exemplo: “Cláudia chegou das compras e desmaiou na sala.”

As adversativas são trazidas como aquelas que ligam termos ou orações de igual função, trazendo em seu uso uma ideia contrastiva entre os itens que relaciona. Como representantes dessa categoria são trazidas as conjunções: mas, porém, todavia, contudo, no entanto, entretanto. Por exemplo: “Permito sua ida a festa, mas não quero que chegue tarde.”

As alternativas ligam dois termos ou orações de sentidos diferentes, indicando que é necessário que se faça uma escolha entre as opções expostas. As conjunções representantes dessa categoria são: ou (repetido ou não) e as repetições ora, quer, seja, nem, etc. Tomemos por exemplo o enunciado: “João tem duas opções: ou enfrenta o problema ou passará o tempo todo com isso importunando.”

As conclusivas são aquelas em que é proposta uma conexão de uma oração, anteriormente já apresentada, estabelecendo uma relação de consequência ou conclusão. As conjunções representantes para essa tipologia são: logo, pois, portanto,

⁵¹ A grande maioria dos exemplos apresentados são de nossa autoria e os que tomarmos por empréstimo do autor serão sinalizados.

por conseguinte, por isso, assim, etc. Como exemplo de uso dessa categoria: “Pedro é muito esforçado nos estudos, logo não sentirá dificuldades nas provas.”

E as explicativas são aquelas que ligam duas orações, da qual a segunda justifica o que está sendo explicitado na primeira. São representantes dessa tipologia as conjunções: que, porque, pois, porquanto. Tomemos como exemplo o enunciado: Durma aqui, pois temos muitas coisas a resolver pela manhã.

Ainda tratando acerca das conjunções coordenativas, os autores trazem questões referentes a posição das conjunções dentro do enunciado como um diferencial a ser notado como em:

- 1- A conjunção adversativa **mas** deve ser posicionada obrigatoriamente no início da oração; **porém, todavia, contudo, entretanto e no entanto** podem ser posicionadas tanto no início da oração como após o termo a que se refere. Veja mos exemplos que ilustrem esse uso prescrito: “É tarde, mas desejo ficar um pouco mais”; “O político fez muitas promessas, entretanto não cumpriu metade delas.” Sendo que este último poderia ser reescrito de mais duas maneiras sem que isso compromettesse o sentido expresso: “O político fez muitas promessas, não cumpriu, entretanto, metade delas” e “O político fez muitas promessas , não cumpriu metade delas, entretanto”.
- 2- A conjunção **pois**, quando detentora da ideia conclusiva deve ser alocada posteriormente ao termo da oração a que se refere. Por exemplo: “Fernanda estava muito ocupada, pois sequer ouvíamos sua voz na casa.”
- 3- As conjunções conclusivas **logo, portanto e por conseguinte** podem ter a posição estabelecida de acordo com os elementos ritmo, entonação e harmonia da oração.

Ainda em se tratando dos elementos constituintes de explicação no bojo das conjunções coordenadas, os autores estabelecem uma seção explicativa sobre os sentidos particulares que determinadas conjunções podem assumir, dependendo, logicamente, com as relações que surgem dentro dos enunciados. A primeira conjunção que possui sua explanação sobre os diversos sentidos é a conjunção “e”.

Segundo a visão dos autores, a conjunção “e”, mas conhecida por seu valor aditivo, pode, dependendo do arranjo dentro do enunciado, estabelecer diversos valores, a saber através de exemplos: a) valor adversativo: “Tenho tanto medo e nada

posso fazer”; b) indicar consequência, conclusão: “Qualquer indelicadeza, e arcarás com as consequências.”; “Sou muito ocupado, e não tenho tempo a perder.”; c) indicar finalidade: “João decorou a casa e deixou-a bonita.”; d) indicar valor consecutivo: “Os alunos se saíram bem nas provas e ficaram satisfeitos”; e) iniciar uma explicação enfática: “Pedro agora é um bem sucedido e muito bem quisto dentre os seus colegas”; f) iniciar frases de alta intensidade afetiva, aproximando –se ao valor das interjeições: “El-rei preso! E não se levanta este Minho a livrá-lo!”⁵²; g) facilitar a passagem de uma ideia a outra, mesmo que elas não possuam relações, através de uma relação de paralelismo: “E ele fez muitas coisas pelo povo, e fará muito mais por que necessitar, e precisa da ajuda de todos para cumprir as promessas.”

Outra conjunção que é apresentada pelos autores como detentora de diversos sentidos, de acordo com a maneira que é posta no enunciado é a conjunção “mas”, que além de trazer a conhecida função de opositora, também pode apresentar diversos valores, a saber: a) restrição: “Bianca é uma moça bonita de chamar a atenção de todos, mas tem hábitos inadequados com os pais.”; b) retificação: “Sou uma pessoa que preza pela moral, mas a moral ditada por nossos avós.”; c) atenuação ou compensação: “João argumentava bastante na reunião, mas mostrava-se inseguro, o que fazia com que poucos o levassem a sério.”; d) adição: “O dia se punha, mas o mundo continuava frenético”; dentre outros valores não expostos.

Os autores encerram essa classificatória de excepcionalidades de sentido explicando que a funcionalidade do “mas” em retomar um assunto que tinha sido posto em suspensão é de extrema importância, por demonstrar a mudança sequencial dentro do enunciado. E iniciam a explicação das conjunções subordinadas.

A explanação das conjunções subordinadas inicia com a distribuição das tipologias das conjunções subordinativas, a saber: causais, concessivas, condicionais, finais, temporais, comparativas⁵³, consecutivas e integrantes.

As conjunções causais são aquelas que iniciam as orações subordinadas ao denotarem causas. As representantes são: porque, pois, porquanto, como, pois que,

⁵² Exemplo extraído de Cunha & Cintra (2013, p. 598).

⁵³ Segundo os autores “A Nomenclatura Gramatical Brasileira inclui ainda as conjunções conformativas e proporcionais, que a Nomenclatura Gramatical Portuguesa não distingue das comparativas. (Cunha & Cintra, 2013, p. 600)

por isso que, já que, uma vez que, visto que, que, etc. Exemplo: “Bruno cumpre seus deveres, porque pensa nos benefícios futuros.”

As conjunções concessivas são aquelas iniciadoras de orações subordinadas que denotam fatos contrários aos que foram expostos na oração principal. As representantes são: embora, conquanto, ainda que, mesmo que, posto que, bem que, se bem que, por mais que, por menos que, apesar de que, nem que, que, etc. Exemplo: “As crianças estão mais tranquilas, embora ainda se sintam apreensivas com o assalto de ontem.”

As conjunções condicionais são aquelas iniciadoras de orações subordinadas que exprimem uma ideia de condição em relação ao que foi exposto na oração principal, indicando o que está sendo posto como uma condição necessária de realização de determinada ação. As conjunções representantes são: se, caso, contanto que, salvo, se, sem que, dado que, desde que, a menos que, a não ser que, etc. Por exemplo: “Se a Paula se comportar, será premiada com um passeio no parque.”

As conjunções finais são aquelas que iniciam uma oração subordinada com a indicação de uma finalidade em relação ao que foi exposto na oração principal. As conjunções representantes são: para que, a fim de que, porque. Por exemplo: “Júlio fez de tudo para que não passassem por dificuldades.”

As conjunções temporais iniciam as orações subordinadas denotando circunstâncias temporais em relação ao que foi exposto na oração principal. As representantes são: quando, antes que, depois que, até que, logo que, sempre que, assim que, todas as vezes que, cada vez que, apenas, mal, que, etc. Por exemplo: “Flávio foi correndo ao clube, depois que Janaína saiu de casa.”

As conjunções consecutivas são aquelas que iniciam a oração subordinada denotando uma consequência ao fato exposto na oração principal. As representantes são: que (combinado com tal, tanto, tão ou tamanho, presentes ou subentendidos na oração anterior), de forma que, de maneira que, de modo que, de sorte que, etc. Por exemplo tem –se: “Maria foi tão má com as crianças que agora elas não querem mais saber dela.”

As conjunções comparativas são aquelas que são iniciadas com um segundo elemento de uma comparação. As representantes são: que, do que (após mais, menos, maior, menor, melhor e pior), qual (depois de tal), quanto (depois de tanto), como, assim como, bem como, como se, que nem. Por exemplo em: “Suas palavras são mais sentadas do que as de Luana.”

E as conjunções integrantes que funcionam como introdutoras de orações com funções exercidas por substantivos. Destacam –se as conjunções “que” e “se”. Sendo que o uso de “que” pode ser feito quando pretende-se exprimir uma ideia de certeza, por exemplo: “Luís tem medo que o planejado não ocorra.”; E incerteza ao usar a conjunção “se”, quando se tem (i) uma dúvida – “Não sei se você entendeu minha pergunta.”; (ii) uma interrogação indireta – “Pergunto se eles farão o que recomendei no artigo.”

Há, ainda, a explanação, por parte autores das tipologias não acordadas entre as Normas Gramaticais Brasileira e Portuguesa: As conjunções conformativas e proporcionais.

As conjunções conformativas são aquelas que iniciam uma oração subordinada exprimindo uma conformidade com o que foi apresentado na oração principal. As principais representantes são: conforme, como, segundo, consoante, etc. Por exemplo: “Luís cumpriu as ordens conforme foi acordado na reunião.”

Já as proporcionais iniciam uma oração subordinada ao mencionarem um fato que se realiza ao mesmo tempo em que o tratado na oração se concretiza. As conjunções representantes são: à medida que, ao passo que, à proporção que, enquanto, quanto mais... mais, quanto mais... tanto mais, quanto mais... menos, quanto mais... tanto menos, quanto menos... menos, quanto menos ... tanto menos, quanto menos... mais, quanto menos... tanto mais. Por exemplo: “João cumpria as tarefas, ao passo que ganhava a confiança dos colegas”.

Ainda explanando acerca das conjunções, os autores trazem um item que tenta se apropriar de um fator linguístico de ordem usual e plástica que é o da polissemia que as conjunções podem exercer. Para isso os autores trazem um pequeno fragmento dessa noção chamado polissemia conjuncional em que dizem:

“Algumas conjunções subordinativas (que, como, porque, se, etc.) podem pertencer a mais de uma classe. Sendo assim, o seu valor está condicionado ao contexto em que se inserem, nem sempre isento de ambiguidades, pois que há circunstâncias fronteiriças: a condição da concessão, o fim da consequência, etc.” (Cunha & Cintra, 2013, p.604)

Essa noção trazida pelos autores, apesar de ainda inicial no meio gramatical de ordem prescritiva já pode ser considerado como um avanço, se comparado a outros manuais, pois é mais comum perceber que as imposições de uso são mais comuns do que o reordenamento do uso para a construção das regras. Com base nessa ideia, verificaremos a seguir como a Gramática de Usos trará essas noções acerca das conjunções, pois nossa abordagem nesse capítulo é o de comparar como esses manuais trazem as classificações acerca dessas classes gramaticais para através de uma análise sob o olhar enunciativo construir perspectivas acerca da unidade gramatical “logo” através dos sentidos que pode adquirir em enunciados.

3.5.4 NEVES (2000) E A GRAMÁTICA DE USOS:

A maneira como Neves (2000) inicia o seu tratamento com as conjunções é bastante diferenciado se comparado aos já apontados anteriormente por outros autores de manuais prescritivos. Primeiro porque a autora além de explanar as possibilidades mostradas pela tipologia das conjunções, como mostrado comumente pelos manuais, explica outros aspectos levando em conta o uso das unidades gramaticais em diversas situações de forma bastante detalhada. Iniciemos uma explicação bem sintética das considerações da autora acerca das conjunções coordenadas e em seguida das conjunções subordinadas.

As conjunções coordenadas para serem classificadas são distribuídas da mesma maneira que os outros gramáticos fazem, com o diferencial que cada uma das conjunções pertencentes a cada uma das categorias tem sua distribuição de uso, em cada uma das possibilidades, explicada de forma detalhada, sob uma divisão que consiste em apenas três categorias: aditivas, adversativas, alternativas.

As primeiras a serem classificadas são as aditivas, e em princípio a conjunção “e”. Esta, em seu espaço de explicação dedicado pela autora se desdobra em diversas

circunstancias que permeiam: a natureza aditiva da conjunção, os modos de construções que os segmentos que são coordenados pelo “e” podem apresentar, o valor semântico que essa conjunção pode apresentar de acordo com a situação e que ela é apresentada em um enunciado e as posições em que a conjunção pode se apresentar (e suas implicações). Vejamos como a autora faz algumas dessas explicações com relação à natureza da relação de coordenação do elemento “e”, pois não se tem condições de reproduzir a abordagem tratada pela autora: A primeira relação, fundamental a esse elemento, é a de que se trata de um item marcador de adição entre dois elementos coordenados. Mas, além disso, frisa-se o fato de outras possibilidades semânticas assumidas por esse item como uma relação contrastiva (Trabalhava muito e ganhava pouco.) e de causa e consequência (João era muito bondoso e isso, muitas vezes, causava desconforto perante outras pessoas.).

Ainda tratando da conjunção “e”, na visão de Neves (2000), as relações estabelecidas por coordenação podem ser entre elementos compostos de uma palavra, palavras, sintagmas, orações e enunciados. Bem como a construção dos valores semânticos pode ser indicada através das situações em que a conjunção permite a ideia de adição. O que faz levar em conta as possibilidades do uso da conjunção em suas diversas situações, contribuindo para a contribuição do sentido.

O mesmo tratamento ocorre com a conjunção aditiva “nem”, que também possui função aditiva, mas com caráter aditivo negativo, descrito detalhadamente as possibilidades funcionais do uso dessa conjunção.

As conjunções adversativas são trabalhadas nos mesmos moldes das apresentadas pelas aditivas. Sendo que única conjunção representada detalhada pela autora foi “mas”. A autora explica as relações de desigualdade que são demarcadas na aplicação de da conjunção, bem como as maneiras de uso da conjunção ligadas às relações de sentido, ou seja, do valor semântico que a conjunção pode adquirir.

Já para as conjunções alternativas, a representação detalhada ligada ao uso remete somente sobre a conjunção “ou” duplicada, ou não. E dentro do quadro da categoria alternativa, é ressaltada a característica da disjunção que pode ocorrer de forma a incluir os elementos relacionados na construção coordenada, ou mesmo de forma a excluir os elementos presentes na construção. Ainda na classificação a autora prossegue estabelecendo as possibilidades de uso da conjunção nos modos de

construção da coordenação através da clareza alternativa, além de estabelecer as possibilidades de alternância que podem ocorrer em uma construção, tais como: a alternância entre um fato e a alternância deste; alternância entre um fato e uma eventualidade e a alternância entre uma eventualidade.

A relação de modos de alternância, faz emergir uma nova maneira de observar a construção alternativa, sob o viés da modalização, mas não iremos nos aprofundar nisso, pois nosso objetivo é somente mostrar a diferença na classificação das conjunções nos diferentes manuais.

Explanando agora a maneira de como as conjunções subordinativas são exploradas pela gramática de uso, tem –se a fragmentação das conjunções subordinativas em dez tipologias: temporais, causais, condicionais, concessivas, finais, comparativas, consecutivas, conformativas, proporcionais e modais. Abordaremos de maneira bem simplificada e de forma bem geral como são tratadas tais tipologias, pois nos alongaríamos muito explorando tão detalhadamente como

As conjunções temporais são exploradas pelo seu modo de construção, ou seja, pela maneira que são estruturadas para que o sentido de temporalidade seja efetivado. A conjunção tratada como a principal representante é “quando”, mas outras conjunções também podem assumir esse valor temporal, a saber: enquanto, apenas e mal. Há também locuções conjuntivas que também apresentam esse valor temporal, podendo ser: (i) advérbios seguidos do elemento “que” (antes que, depois que, logo que, assim que, sempre que); (ii) união de preposição com o elemento “que”: até que, desde que; (iii) numeral ordinal seguido de “que”: primeiro que; (iv) sintagma nominal frequentativo: todas as vezes que, cada vez que. Outras relações que são estabelecidas dentro dessa classificação são aquelas ligadas à predicação, dentre elas: o tempo da predicação e do estado das coisas que pode se encontrar em uma situação de simultaneidade ou de não simultaneidade; Ainda dentro dessa relação tem-se as relações temporais mistas com outros tipos de relação, mais ligadas à questão do aspecto, tais como: as relações temporais de sentido causal, de sentido condicional, de sentido concessivo, e de sentido adversativo.

As conjunções causais têm a mesma configuração classificatória das já postas pela Gramática de usos, como o modo de construção, que envolve a formação do sentido causal, através da formação das conjunções que denotam esse sentido. A

representante da ideia causal é a conjunção “porque”. Mas, além dessa, outras também pode exercer tal funcionalidade tais como: como, pois, porquanto e que; além das que são formadas como: já que, uma vez que, dado que, desde que, visto que, visto como, pois que, tanto mais que, por causa que, por isso que. Em relações de uso do sentido causal das conjunções pertencentes a essa categoria, tem –se as outras possibilidades de uso, como às ligadas aos conteúdos estabelecidos sob o olhar da modalidade ligada à predicação.⁵⁴

As conjunções condicionais possuem como representação a conjunção “se”. No entanto, outras conjunções básicas também possuem a mesma finalidade, tais como: caso, que; conjunções locutivas como as formadas por união com “que”: desde que, contanto que, uma vez que, a menos que, sem que, a não ser que; expressões conjuntivas formadas por advérbios e a conjunção “se”: salvo se, exceto se.

Dentro da condicionalidade, é destacada uma indicação ligada à lógica de que a oração p só pode ser verdadeira se q também for verdadeira. Ou seja, só existem condicionalidades se houver um acordo entre as informações expressas na construção. Ainda nesse caminho, é trazida tipologias de construções condicionais: as condicionais factuais, as contrafactuais, as eventuais e as potenciais. Cada uma dessas tipologias diz respeito a uma maneira de construção ligada a condição de realidade exposta nesse tipo de construção. Além de outras características ligadas a exposição condicional na oração principal.

As conjunções concessivas expressas no mesmo molde apresentação, tendo –se como conjunção representante “embora”. Além de outras que cumprem o mesmo papel, como: conquanto, mesmo que, ainda que, posto que, apesar (de) que, se bem que, por mais que, por muito que, por menos que, nem que, ainda quando, não obstante. A relação lógica que é envolvida nas concessivas é a de que a oração “ p seja verdadeira e q independente da verdade de p ”. Essa relação envolve aspectos de realização da consecutiva, além dos grupos: factuais, contrafactuais e eventuais, que se referem a questão da verdade da oração concessiva. Ainda com relação a essa tipologia, também é trazida a questão do sentido ligada a posição em que a

⁵⁴Existem, ainda mais relações ligadas à predicação, mas, por não ser nosso foco, decidimos expor apenas o mais trivial apresentado pela autora, no sentido de explicar como a maneira de estudo é mais aprofundada linguisticamente.

conjunção aparece em determinada construção, envolvendo os grupos já apresentados.

As conjunções finais são representadas principalmente por orações iniciadas por “para que”. Outra conjunção que cumpre o mesmo papel é “a fim de que”. A ocorrência das orações finais está intimamente ligada à presença de um verbo no subjuntivo. As tipologias de orações finais se constroem com os diferentes tempos verbais: factuais (verbos no presente ou no passado), hipotéticas finais (verbos no futuro do presente ou do pretérito, verbos no imperativo) e contrafactuais (verbo no futuro do pretérito composto). As questões de sentido de finalidade também têm sua ligação com a posição de aparecimento da conjunção.

As conjunções comparativas têm por característica a questão da divisão dos elementos que compõem esse tipo de orações, chamado cotejo. Esse tipo de conjunção adverbial tem proximidade com a coordenada aditiva sob o viés sintagmático. As construções comparativas podem ser de dois tipos: correlativas e não-correlativas. Essas tipologias dizem respeito a relação que elas estabelecem com a oração principal, sendo distinguidas por: correlativas expressam igualdade e desigualdade. As de igualdade referem – se a quantidade e a intensidade, enquanto as de desigualdade refere-se à questão de superioridade e de inferioridade. Quanto às não correlativas, a relação existente é sempre de igualdade, estabelecendo questões mais qualitativas, quantitativas ou mesmo de proporção.

As conjunções consecutivas têm sua classificação dividida em dois modos de construção: com antecedente e sem antecedente. A com antecedente tem por função intensificar a predicação como um todo ou os elementos que a constituem. As sem antecedentes, são estas que tem por característica serem iniciadas por locuções conjuntivas consecutivas como: de (tal) modo que, de (tal) maneira que, de (tal) sorte que, a tal ponto que. A ordem das consecutivas em um período tem grande valor para determinar o sentido, bem como a alocação de um intensificador antes da conjunção.

As conjunções conformativas são aquelas que apresentam uma relação de concordância com o que foi posto na oração principal. As conjunções que representam essa modalidade são: conforme, consoante, segundo e como.

As conjunções proporcionais são aquelas que indicam proporcionalidade entre dois fatos apresentados em uma oração, A conjunção representante é: à proporção que. Mas, é comum também utilizar: à medida que, e conforme (uso raro).

E a última categoria de conjunções é a das modais, que se denotam por meio de uma relação adverbial modal em orações. A representante dessa categoria é “sem que” seguido de verbo no subjuntivo. Mas, também denotando essa perspectiva modal pode – se encontrar a conjunção como, com o modo verbal indicativo. Essa categoria tem por característica mostrar uma ação modal.

Depois de verificarmos a abordagem de Neves (2000), pudemos verificar que, fazendo um comparativo dentre todas as noções gramaticais essa pode ser uma das mais aprofundadas. Infelizmente, devido ao nosso foco ser, nesse momento, apenas comparar a maneira que os manuais fazem a classificação, não pudemos nos aprofundar muito em todas as classificações da autora. Mas, foi possível constatar que a visão trazida pela autora contempla, na medida do que é esperado, algumas questões intrigantes de uso dos elementos, tenta verificar os sentidos adquiridos no funcionamento da língua, por meio de uma descrição. A abordagem de que trataremos nesse trabalho pretende observar, por uma vertente, o processo de construção do valor referencial da unidade gramatical **logo**.

4 QUESTÕES METODOLÓGICAS NORTEADORAS E ANÁLISE DOS DADOS

O presente capítulo apresenta, inicialmente, os procedimentos a serem adotados nas análises e, em seguida trata do desenvolvimento da análise de ocorrências na unidade gramatical **logo**, mostrando a construção de seus valores referenciais, em enunciados extraídos do *corpora* selecionado.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho tem por objetivo reconhecer os valores referenciais construídos pela unidade gramatical **logo** em enunciados selecionados previamente em um *corpora*. A coleta dos dados ocorreu no seguinte *corpora*: um de modalidade oral, recolhido no livro Português Falado por Teresinenses (PORFATER); e outro de modalidade escrita, do site <http://lelivro.club>, em que extraímos elementos da unidade **logo** dos livros: *Fique onde está e então corra* (John Boyne), *Tenda dos Milagres* (Jorge Amado) e *Os sofrimentos do jovem Werther* (John Wolfgang Goethe).

A escolha do *corpus* da modalidade oral se fez necessária por considerarmos que é nessa manifestação que as ocorrências da unidade **logo** são apresentadas de forma mais espontânea, sendo fortuito a nossa pesquisa perceber a construção dos valores sem que houvesse uma relação mais elaborada, ou seja, o valor da unidade construído em um registro não controlado.

A escolha do *corpus* da modalidade escrita ocorreu de forma aleatória, através da observação da ordem em que as obras se encontravam depositadas no site no momento em que o consultávamos. O procedimento utilizado tem por objetivo estabelecer uma imparcialidade quanto a essa coleta, bem como o compromisso de perceber os dados da maneira como eles nos foram apresentados. Esse reconhecimento será feito por meio de análise verificando as relações que essa unidade estabelece com outros elementos que compõem o enunciado.

Conforme já ressaltamos, a análise dos dados terá como foco a busca de valores referenciais e como eles são construídos nos enunciados de acordo com as relações do **logo** no enunciado, tendo-se em vista, quando necessário os cenários que levam a construção do enunciado. O enunciado não é uma representação “dada” de valores,

mas sim o resultado de um encadeamento de várias operações e, para a análise dos dados “é preciso que o linguista não só trabalhe com as marcas linguísticas do enunciado, mas também, busque as operações que resultaram na construção do enunciado” (LIMA, 1997, p.15)

As análises da unidade **logo** terão como fio condutor as categorias tempo/aspecto⁵⁵. Tomamos como referência o trabalho de Ana Cristina Macário Lopes, em seu artigo “Contributos para uma análise dos valores temporais e discursivos de logo”, o qual analisa a unidade em foco por meio da observação de itens gramaticais que apresentam comportamento diverso daquele observado pelas gramáticas.

As análises de Lopes (1999) giram em torno dos valores da unidade **logo** como: marcadora de um intervalo de tempo de enunciação; passível de substituição por *imediatamente/logo a seguir*; localizadora de culminação entre o início de um evento e fim de outro; valor argumentativo (podendo ser substituído por *portanto*); e marcadora de uma focalização sobre um constituinte.

A perspectiva descrita pela autora observa os valores que são delegados à unidade, mas por meio da relação de marcas específicas e não por meio das relações que são estabelecidas no enunciado através de operações. Assim, em uma outra perspectiva, nossa análise concentra-se na construção dos valores referenciais de **logo**, pelo parâmetro enunciativo da TOPE.

Desta forma, conforme já tratado anteriormente na teoria a respeito dos elementos da enunciação, trabalhamos a relação predicativa na qual se encontra a unidade **logo**: a questão da Sit_0 – um localizador de origem da enunciação, Sit_1 – um localizador de ocorrência da enunciação (Sit_1). Observaremos, em nossa análise, em qual Sit . o evento exposto nos exemplos se enquadra. Os localizadores trazidos pela Sit (já especificada acima) compreendem elementos essenciais da enunciação: os enunciadores (S_0 – enunciador de origem e S_1 – enunciador da ocorrência) e os localizadores espaço-temporal (T).

⁵⁵ Acerca da categoria aspecto, vemos que esta seria uma categoria que possui o papel de situar a durabilidade do processo no tempo, este, ao contrário do tempo, não considera como ponto de referência o momento da enunciação. Segundo Comrie *apud* Corôa (2005) diz respeito a uma marcação de durabilidade do tempo de uma situação específica.

As categorias de tempo e aspecto são as observadas para identificar os valores referenciais que a unidade **logo** pode assumir. Por meio da observação dos dados, foi possível distribuir os enunciados do *corpora* nos grupos abaixo, dos quais analisaremos alguns enunciados como representantes de cada um dos grupos, visto que as relações estabelecidas muitas vezes não são da mesma natureza.

A análise está dividida em grupos organizados de acordo com a configuração estrutural da unidade **logo** no enunciado, ou seja, se ocorreu antecedido ou seguido de outro elemento gramatical, sozinho, ou em ocorrências duplicadas. De acordo com a configuração, apresentada, trabalhamos com os seguintes grupos:

- a) Grupo I - a unidade **logo** antecedido da unidade **mas** (**Mas logo**), por exemplo: *“Mas logo os adultos pararam de brincar [...]”*;
- b) Grupo II – a unidade **logo** formando as locuções **logo depois; logo em seguida**, por exemplo : *“Alberto prometera estar no jardim com Carlota logo depois de ceiar”*; *“Se me acontece de inventar um incidente, e esquecê-lo quando repito a história, exclamam logo que da primeira vez contei de outro jeito, de maneira que me esforço para contá-la toda num só fôlego, sem variar nada, com as mesmas cadências e inflexões de voz”*.(Goethe, p.35)
- c) Grupo III – a unidade **logo** formando as locuções **e logo/ tão logo/logo que** por exemplo: *“Ela ficou muito doente e magra, e logo não conseguia mais sair de casa. (Boyne, p.17)”*;
- d) Grupo IV – a unidade **logo** sozinho e de forma duplicada (**logo logo**), por exemplo: *“Que eu me lembre assim até que não só uma raiva ali que acontece... desentendimento mas logo logo (Lima, p. 287)”*;

Para as análises consideramos duas nuances temporais relacionadas a um tempo referencial enunciativo e a um tempo referencial narrativo, tomados de Desclés (1994). Segundo Desclés, no referencial enunciativo, “as relações predicativas são localizadas direta ou indiretamente em relação ao ato enunciativo” (p.3) e, no referencial narrativo, não há uma localização da relação predicativa em relação ao tempo da enunciação. Ainda de acordo com o autor, o tempo de registro narrativo é relativamente independente da enunciação. Os fatos são localizados temporalmente de forma relativa sem um vínculo com o momento da enunciação:

“Os sistemas de representação semióticas, que são as línguas, permitem, no entanto, muito mais que uma simples localização temporal. Eles oferecem a capacidade de exprimir e representar, entre outras, verbalizações de situações narrativas, reais ou fictícias. Com efeito, certas narrações, em particular as ficções imaginárias, não fazem parte do mundo realizado do enunciador, elas são situadas fora de uma realização determinada pelo enunciador, elas não são, então, localizáveis em relação ao ato enunciativo que as produz.” (Desclès, 1994, p. 61)⁵⁶

O tempo narrativo de referência não considera o momento da enunciação como referência por não depender do sujeito enunciador no que diz respeito ao ato enunciativo. Os fatos são localizáveis de forma relativa, muitas vezes, através de marcas que não remetem ao momento da enunciação, constituem índice de uma relação de ruptura com o ato enunciativo.

Em relação ao tempo enunciativo, analisaremos a ocorrência **logo** em relação à predicação do enunciado em que essa unidade ocorre, tomando como referência o tempo da enunciação de origem (doravante T_0), e trataremos T_1 - o tempo do evento expresso. No tempo narrativo (T_n), verificaremos as relações que o tempo do enunciado em que se encontra a unidade de análise estabelece com o(s) tempo(s) narrativo(s) que lhe(s) é(são) anterior(es). Em função da configuração dos enunciados, atribuímos ao tempo narrativo T_{n1} , T_{n2} , T_{n3} , a depender das relações temporais estabelecidas entre os enunciados.

A partir desses dois tempos, observamos as relações referenciais temporais considerando também os intervalos de tempo estabelecidos entre os eventos situados pelas marcas temporais das predicações que estão postas em relação.

Após essas explicitações, passemos às análises.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS:

⁵⁶ Traduzido do original: “*Les systèmes de représentations sémiotiques que sont les langues permettent cependant beaucoup plus qu’un simple repérage temporel. Ils offrent la capacité d’exprimer et de représenter, entre autres, des verbalisations de situations narratives, réelles ou fictives. En effet, certaines narrations, en particulier les fictions imaginaires, ne font pas partie du monde réalisé de l’énonciateur, elles sont situées en dehors de ce réalisé déterminé par l’énonciateur, elles ne sont donc plus repérables par rapport à l’acte énonciatif qui les produit.*” (Desclès, 1994, p. 61)

Grupo 1: Mas LOGO – a unidade logo ocorre antecedida de mas

1. “O velho Bill Hemperton organizou uma partida de lança-moeda na sala e Alfie acabou ficando três moedas mais rico. Vovó Summerfield deu um pregador de roupas para cada um e pôs uma garrafa de leite vazia no chão. Vencia quem conseguisse soltar o pregador de mais alto e acertá-lo dentro da garrafa. [...] Mas **logo** os adultos pararam de brincar com as crianças e se juntaram no canto com uma expressão sombria no rosto. (John Boyne, 2014, p.8)

Análise:

No exemplo **1**, temos um tempo narrativo, estando a marcação temporal centrada em dois momentos, o tempo narrativo da predicação (doravante T_{n2}) em que se encontra **logo**, e o tempo relatado que remete a um evento anterior (doravante T_{n1}) a T_{n2} . Por exemplo: organização de um jogo anterior a T_{n2} : (Ex1:“O velho Bill Hemperton organizou uma partida de lança-moeda...”);

Nesse exemplo, a unidade **logo** vincula-se à **predicação pararam de brincar**. O enunciado - *Mas logo os adultos pararam de brincar com as crianças* não está diretamente vinculado a um enunciado marcado no texto que remeta a um fato que antecede a ação de *parar de brincar*. Retomamos esse enunciado em uma construção metalinguística:

- Os adultos jogavam uma partida de lança-moeda com as crianças mas logo pararam de brincar.

A marca de pressuposto *pararam* indica que os adultos brincavam. A ocorrência do *mas* marca uma relação de alteridade: os adultos brincavam, mas pararam de brincar. Houve uma mudança de situação. Há uma passagem do interior de um domínio nocional “estar brincando” para o exterior “pararam de brincar”.

A ocorrência **logo** marca a rapidez com que essa mudança de situação ocorreu, em função da ruptura do evento, marcada pela aspectualidade da forma verbal *parou*. A ruptura se dá não só por meio da aspectualidade da forma verbal *parou* como também pela unidade *mas*. O valor temporal do **logo** incide sobre a rapidez da paralisação da brincadeira. Há o evento **1** (doravante Ev1) em que os adultos *estão brincando* e o evento **2** (doravante Ev2) em que os adultos *pararam de brincar* que, por meio dessa relação das predicações remetem a uma tendência maior

para um aspecto pontual da forma verbal *pararam*. A glosa⁵⁷ abaixo evidencia esse valor temporal de **logo**.

- Os adultos brincavam com as crianças mas não demoraram muito na brincadeira, de repente pararam de brincar.

A unidade **logo** marca um intervalo de tempo restrito, ao passo que não se tem ideia da duração entre os eventos “os adultos estarem na brincadeira” e “os adultos pararem de *brincar*”, mas por sua configuração no enunciado remete a um tempo mínimo.

2. “Um clarão de raios sobre o mar, o surdo eco aos trovões, os ventos desatados e a tempestade de um extremo a outro do universo. Subiu aos céus imenso cogumelo e apagou o sol. Mas **logo** tudo se acalmou em júbilo e bonança; o arco-íris se estendeu em cores.” (Jorge Amado, 1970, p.89)

Análise:

No exemplo 2, T_{n1} remete a um evento da natureza (Ex2: Um clarão de raios sobre o mar, o surdo eco aos trovões, os ventos desatados e a tempestade de um extremo a outro do universo. Subiu aos céus imenso cogumelo e apagou o sol.”). A unidade **logo** vincula-se à predicação *se acalmou*. A unidade gramatical *mas* coloca o enunciado *Mas logo tudo se acalmou* em relação aos eventos expostos nos enunciados anteriores: *Um clarão de raios sobre o mar, o surdo eco aos trovões, os ventos desatados e a tempestade de um extremo a outro do universo. Subiu aos céus imenso cogumelo e apagou o sol*. Há uma sucessão de eventos ocorrendo em um mesmo intervalo de tempo.

O *mas*, em articulação *com logo tudo se acalmou*, estabelece uma relação de alteridade: há uma situação de tempestade que cessa em *mas tudo logo se acalmou*. Essa situação de tempestade, de turbulência é retomada para indicar seu fim, através do operador de *parcours tudo*, ou seja, cada ocorrência de turbulência dissipou-se. A marca de pressuposto *acalmou* indica que havia uma situação de turbulência. E a unidade **mas** marca a passagem de um momento turbulento para um momento de

⁵⁷ “A. Culioli reserve le nom de glose à tout énoncé ou ensemble d’ énoncés produit spontanément par un énonciateur afin d’ expliciter pour le coénonciateur le sens d’ un énoncé précédent, entre autres quand celui-ci semble avoir suscité l’ incompréhension.” (Rivière, 1996)

calmaria. O valor temporal do **logo** incide sobre a rapidez, a instantaneidade de uma mudança de estado marcada pela ocorrência verbal *acalmou*. A semanticidade do verbo em articulação com o aspecto pontual marca a ruptura com uma situação anterior e uma mudança de estado Tempestade→Bonança.

3. Ele me reconheceu, mas **logo** não reconheceu mais. (John Boyne, 2014, p.81)

Análise:

No Exemplo 3, *Ele me reconheceu, mas logo não reconheceu mais*, há dois eventos, no Ev₁ há um reconhecimento - X reconheceu Y - e no Ev₂, esse reconhecimento cessa, há uma mudança de situação marcada pelo *mas* em articulação com a não validação da predicação *não me reconheceu* e o *logo* indica a rapidez da mudança de situação reconhecimento – não reconhecimento. T_{n2} situa um evento no passado em relação a outro evento situado em T_{n1}. A unidade **logo**, na dinâmica com T_{n1} e T_{n2} funciona como um item que estabelece um limite entre o “reconhecimento” validado e a não validação do reconhecimento. Nessa dinâmica, a unidade **logo** “acelera” uma passagem do interior de um domínio nocional “reconhecer alguém” para o exterior “não reconhecer alguém”.

4. Quando entrou na sala deu com Alberto, cuja presença o perturbou no princípio, mas **logo** serenou e expôs com ardor sua intenção ao bailio. (Goethe, 2009, p. 67)

Análise:

No exemplo 4, *Quando entrou na sala deu com Alberto, cuja presença o perturbou no princípio, mas logo serenou*, a unidade **logo** vincula-se a *serenou*. A unidade gramatical *mas* dá início a uma mudança de situação relacionada ao Ev₁ do enunciado *cuja presença o perturbou*. No Ev₁ a presença de Y perturbou X e no Ev₂, a perturbação de X dissipou-se.

A marcação de T_{n1} localiza uma consequência da entrada de Alberto para X, T_{n2} situa um evento posterior a T_{n1}. O T_{n2} localiza a perturbação de X em relação a entrada de Alberto em T_{n1}. A ruptura é trazida pelo verbo e a unidade *mas* marca a mudança de estado perturbou→ serenou/acalmou. A unidade **logo** pode ser

substituída por *em seguida*, *logo depois* e indica que os acontecimentos ocorreram em um curto espaço de tempo, ou seja, os intervalos de tempo entre os eventos *perturbou* e *serenou* são muito próximos.

5. Ele conferia o relógio de pulso, provavelmente esperando para engraxar os sapatos, mas **logo** desistiu e desapareceu na multidão (John Boyne, 2014, p.56).

Análise:

No exemplo **5**, temos um evento simultâneo a T_{n1} que situaremos temporalmente como Tempo narrativo simultâneo (doravante T_{ns1}), vejamos *Ele conferia o relógio de pulso* (T_{n1}) e *provavelmente esperando para engraxar os sapatos* (T_{n3}), Tais eventos são anteriores a T_{n2} , *mas logo desistiu*.

No exemplo **5** *Ele conferia o relógio de pulso, provavelmente esperando para engraxar os sapatos, mas logo desistiu*, a unidade *logo* vincula-se à **predicação desistiu**. O enunciado *Mas logo desistiu* está diretamente vinculado a um suposto evento - *a espera para engraxar os sapatos*. A *provável espera*, que se manifesta através da marca modal *é provável*, é simultânea ao evento expresso no enunciado *Ele conferia o relógio de pulso*.

A unidade **logo** como valor temporal/aspectual marca a rapidez com que essa mudança de situação ocorreu. Há uma ruptura do evento de espera marcada pela semanticidade do verbo *desistir* e por seu valor aspectual pontual. O valor referencial do **logo** marca a instantaneidade da desistência em um intervalo mínimo entre os eventos <esperar> e <desistir de esperar>. A unidade *mas*, ao acompanhar a unidade **logo**, marca uma mudança de postura do sujeito do enunciado que *desistiu de engraxar os sapatos*.

Verificando o enunciado sob a ótica do tempo tem-se: Os tempos T_{n1} , T_{n2} e T_{n3} são tempos relatados, mas, ao contrário do que ocorre nos outros enunciados, em que T_{n2} ocorre posterior a T_{n1} nesse enunciado tem-se T_{n2} ocorrendo simultaneamente a T_{n1} , não sendo possível identificar um intervalo de ocorrência entre eles.

Grupo 2- logo depois; logo em seguida

- 6- (Endireitou) o apoio almofadado sobre a cabeça, e eu ajudei- a. Ela agradeceu e subiu **logo** depois(...) (Goethe, 2009, p.10)

Análise:

O exemplo 6 tem a marcação temporal do enunciado centrada em dois momentos: T_{n1} , T_{n2} . O tempo em T_{n1} remete a uma dinâmica de acontecimentos anteriores a T_{n2} no Ex6: (“Endireitou o apoio almofadado sobre a cabeça, e eu ajudei- a, *ela agradeceu*”), T_{n1} e T_{n2} situam um acontecimento posterior aos situados em T_{n1} : - subiu **logo depois** que está em relação com a predicação *agradeceu*, após o agradecimento deu-se um evento imediato marcado pelo **logo**. Se tirarmos o **logo** em *subiu logo – subiu depois*, essa rapidez do acontecimento se dissipa, provocando uma alteração no intervalo de tempo entre agradecer e subir. Assim, a unidade **logo** marca um intervalo mínimo entre dois eventos <Y agradece a X> e < Y sobe as escadas>.

O advérbio **depois**, em articulação com a predicação *subiu*, estabelece uma relação de sequenciação. A semanticidade dos verbos dispostos no enunciado (endireitar, ajudar, agradecer, subir) enumeram ações dos sujeitos do enunciado. O valor da unidade **logo** incide sobre o temporal, mas ligado a sequência das ações *agradecer* e *subir*.

- 7- Alberto prometera estar no jardim com Carlota **logo depois** de cear. (Goethe, 2009, p.39)

Análise:

No exemplo 7 *Alberto prometera estar no jardim com Carlota logo depois de cear*, T_{n1} situa um Ev_1 o comprometimento de X com a realização de algo que só ocorrerá após a realização de um Ev_2 . Houve uma promessa de X para Y mas o objeto prometido (estar no jardim) está condicionado a ocorrência de um Ev_2 (cear). T_{n2} remete a um passado condicionado a um passado potencial, não efetivamente concretizado em um tempo relatado. Nesse tempo narrativo, temos um passado efetivamente realizado e um passado não *realis por não marcar uma realização efetiva, mas uma realização em potencial sob uma condição*.

A unidade **logo** incide sobre o intervalo de tempo em que ocorrerá um Ev_2 estar no jardim com Carlota que é logo depois de cear. E o advérbio *depois* exerce a

função de intensificadora da unidade, ao passo que reforça a localização da unidade posteriormente à condição exposta no enunciado.

Grupo 3 – E logo/ tão logo /logo que

- 8- A sra. Janáček tinha morrido em 1913, o ano antes do início da guerra. Ela ficou muito doente e magra, e **logo** não conseguia mais sair de casa. (Boyne, 2014, p.17)

Análise:

No exemplo **8**, temos T_{n1} - *Ela ficou muito doente e magra* e T_{n2} - *e logo não conseguia mais sair de casa*. Emerge, nessa configuração, uma relação de consequência e a unidade **logo** remete ao intervalo de tempo em que se manifestou a consequência do estado de *ficar muito doente*, ao passo que, põe essa relação em foco:

- X ficou muito doente – X não conseguia mais sair de casa
- X ficou muito doente e conseqüentemente logo não conseguia mais sair de casa.
- Logo depois de ficar doente, X não conseguia mais sair de casa

- 9- Tendo constatado a presença de provocadores na Faculdade de Direito, os alunos entraram em greve **e logo** foram apoiados pelas demais unidades universitárias. (Amado, 1970, p.111)

Análise:

No exemplo **9**, *Tendo constatado a presença de provocadores na Faculdade de Direito*, os alunos entraram em greve **e logo foram apoiados pelas demais unidades universitárias**, a unidade **logo** se vincula a predicação “os alunos entraram em greve”. T_{n1} situa o Ev1 – a constatação de provocadores na Faculdade de Direito T_{n2} remete ao Ev2 – os alunos entrarem em greve e $tn3$ situa o Ev3 – o apoio à greve dos alunos. Há uma relação de consequência gerada a partir do Ev1 que tem como consequência os alunos entrarem em greve e o Ev2 tem como consequência os alunos serem apoiados pelas demais unidades universitárias. A unidade **logo** remete ao intervalo de tempo que a consequência do Ev2 foi gerada:

- Os alunos entraram em greve e logo/de imediato foram apoiados pelas demais unidades universitárias
- Os alunos entraram em greve e, como consequência, foram logo apoiados pelas demais unidades universitárias.

10-Já nada mais tenho a explicar, tudo está dito. Acrescento apenas, com certa melancolia, não ter sido meu trabalho, este meu trabalho, levado em consideração pelo grande Levenson. **Tão logo** o concluí, dele lhe enviei cópia a máquina, conforme o acertado, juntando um dos dois únicos fotografados que me foi possível descobrir e obter. (Amado, 1970, p.37)

Análise:

No enunciado **10**, a unidade **logo** é agregada ao marcador **tão**, que em uma observação, pode ser substituída pela locução **Assim que**, com ideia de temporalidade. T_{n1} “**Tão logo** o concluí”, remete para o momento da conclusão de um trabalho, que serve de referência para uma localização temporal de um outro evento T_{n2}“envio de uma cópia”. A sequência mostra uma relação de temporalidade sequencial posterior. Estabelecendo uma glosa tem –se: “Assim que o concluí lhe enviei uma cópia”

11. Sim, querida Carlota, cuidarei de tudo e tudo farei; bem que poderias me dar alguns encargos por mais vezes, muito mais vezes. Peço-vos uma coisa: nada de areia nas cartas que me escreverdes! A de hoje eu levei aos lábios **e logo** os meus dentes rangiam. (Goethe, 2009, p.29)

Análise:

No exemplo 11 temos um referencial temporal enunciativo, T₀. Os eventos são situados em relação ao ato enunciativo. Os eventos são anteriores ao momento da enunciação, ou seja a T₀. É possível observar que há a referência o momento da enunciação em uma concretização de um sujeito enunciador se direcionando a um coenunciador (“**Peço-vos** uma coisa: nada de areia nas cartas que me escreverdes! A de hoje eu levei aos lábios **e logo** meus dentes rangiam). O evento *leve* aos lábios é anterior ao momento da enunciação, a T₀, a marca *hoje* é atualizada em relação ao dia em que ocorreu o enunciativo.

O enunciado *e logo os dentes rangiam* é localizado em relação ao enunciado *A de hoje levei aos lábios*. O Ev2 *os dentes rangiam* é posterior ao Ev1 *a de hoje eu levei aos lábios*. Há uma relação de consequência - areia nas cartas provocou o ranger dos dentes. X escreve uma carta para Y, Y leva carta à boca e os dentes de Y que rangem devido a areia que é mencionada no pedido que o Sujeito Enunciador faz ao coenunciador: *nada de areia nas cartas que me escreverdes!*

A unidade **logo** situa o intervalo de tempo em que o Ev2 - *os dentes rangiam* – ocorre. É imediatamente posterior, quase simultânea, ao ato de levar a carta aos lábios: *assim que levei a carta à boca, meus lábios rangiam*.

12. Dividi-lhes o pão, que eles aceitaram quase com tanto gosto como se fosse distribuído por Carlota, e contei a história da princesa servida por mãos encantadas.[40] Aprendo muito com isso, posso te garantir, e estou pasmo com as impressões que a fábula lhes causa. Se me acontece de inventar um incidente, e esquecê-lo quando repito a história, exclamam **logo** que da primeira vez contei de outro jeito, de maneira que me esforço para contá-la toda num só fôlego, sem variar nada, com as mesmas cadências e inflexões de voz.(Goethe, 2009, p.35)

Análise:

No enunciado **12**, a unidade **logo** vincula-se à **predicação exclamam**. O enunciado “*exclamam logo que da primeira vez contei de outro jeito*” está diretamente vinculado à relação temporal em que se desdobra um misto entre o ponto de referência T_n *Dividi-lhes o pão, que eles aceitaram quase com tanto gosto como se fosse distribuído por Carlota [...]*, um ponto de referência enunciativo em que temos uma Sit_0 *Aprendo muito com isso, posso te garantir, e estou pasmo com as impressões que a fábula lhes causa [...]* Se me acontece de inventar um incidente, e esquecê-lo quando repito a história, e uma Sit_1 que é a marcada pelo enunciado iniciado pela unidade **logo**. Retomemos esse enunciado em uma construção metalinguística:

- Se invento algum incidente e esqueço ao repetir a história, exclamam logo que da primeira vez contei de outro jeito.

A unidade **logo** como valor temporal marca a rapidez/ instantaneidade no caso de uma manifestação situacional eventual. O valor temporal do **logo** incide sobre a

rapidez, a instantaneidade da manifestação do ato de exclamar. O caráter temporal do enunciado consequência, por meio do jogo: <Inventar→ esquecer do que inventou> que gera a manifestação de exclamar.

A unidade **logo** marca uma localização de ordem temporal/aspectual em que não há marcação durativa por meio de eventos. A marcação de um valor referencial possível traz a noção de que o acontecimento “inventar algo” remete a que o contador de histórias “sempre inventa algo novo” e que se esse fato é esquecido já tenha acontecido algumas vezes. Assim, enquadrando o tempo/aspecto, marcado pela unidade gramatical **logo**, tem –se que os eventos do enunciado encontram –se na ideia de um tempo *passado eventual*, ou seja, um passado que já aconteceu algumas vezes (iterativo), que toma –se por referência algo do passado, não pontual, mas situado em um evento que repetiu e que pode ser repetido, caso haja um novo esquecimento de invenções dentro das histórias.

O sujeito enunciativo mostra que o apresentado não é algo que aconteceu especificamente, mas quando acontece, as crianças apresentam uma determinada reação. Quando tal fato ocorre, um padrão de estranhamento se estabelece e as crianças sempre o alertam do esquecimento de um fato que fora inventado antes.

Grupo 4 - Unidade logo/ logo logo

13. Os jovens Ave Maria! eles atualmente só pensam em consumir só querem roupa de gril:fe é: só querem tá mais bonita que a ami:ga... Natal só querem ganhar o melhor presen:te... num vão rezar – Ô meu Deus! tomara que acabe **logo** isso daqui eu quero ir lá pra fes:ta com meus ami:gos – então eu acho ass// eu particularmente não tomo essa postura de jeito maneira... sempre que eu posso eu tou com minha família vou (sic) (Lima, 2010, p.242)

Análise:

No exemplo 13, há uma referência temporal enunciativa. Temos uma Sit₀ e uma Sit₁. Na Sit₀, o SE₀ expressa uma opinião de que o jovem no natal não se volta para o momento religioso e coloca em cena o SE₁ em uma Sit₁ comprovando sua opinião: – Ô meu Deus! tomara que acabe **logo** isso daqui eu quero ir lá pra fes:ta

com meus ami::gos – No enunciado em que **logo** ocorre, há uma modalidade injuntiva em que o SE₁ expressa um pedido a Deus para que o ato religioso natalino termine logo - *Ô meu Deus! tomara que acabe logo* isso. Lima (1997, p.38), reportando-se à classificação de Culioli relativa às modalidades, observa que, para ele “na injunção, tem-se alguma coisa que não é nem assertiva e nem interrogativa, mas algo compatível. [...] A injunção abrange o pedido, a ordem, a sugestão.”

A unidade logo incide sobre a predicação *acabe* ressaltando a rapidez com que X deseja que o ato religioso acabe, entre a prece e o eventual *acabar* do ato religioso, **logo** demarca um intervalo mínimo de tempo. O SE₁ não só *roga* para que o ato religioso acabe mas que acabe já, de imediato. A forma verbal *acabe* em articulação com **logo** projetam no tempo o eventual término imediato do ato religioso.

14. “Mestre Archanjo foi dizer que mulato sabe ler.
Oh! que ousada opinião
Gritou **logo** um professor:
Onde se viu negro letrado? (Amado, 1970, p.95)

Análise:

No exemplo **14**, temos um E2 *gritou logo um professor* que está em relação com um E1 *Mestre Archanjo foi dizer que mulato sabe ler*, a unidade **logo** acentua a rapidez com que se deu o grito, marcando um intervalo de tempo mínimo entre o E1 e o E2. **Logo** é possível ser substituído por *de imediato, rapidamente*: *Gritou logo/de imediato, rapidamente um professor*. Esse valor aspectual/temporal pode ser desconstruído ao estabelecermos uma pausa, vejamos

Gritou logo um professor: Onde se viu negro letrado?

Gritou, logo um professor: Onde se viu negro letrado?

No exemplo **14**, temos um referencial temporal narrativo, o T_{n2} situa um Ev2 (o grito do professor) anterior a um Ev1 (mestre Archanjo ter dito que mulato sabe ler). No enunciado *gritou logo um professor*, a unidade **logo** marca que o intervalo de tempo mínimo entre o Ev1 e o Ev2 ressalta a rapidez com que se deu a manifestação do professor. A unidade **logo** é possível ser substituída por *de imediato, rapidamente*, *Gritou logo/de imediato, rapidamente um professor*.

Esse valor temporal pode ser desconstruído se estabelecermos uma pausa entre gritou e professor, vejamos: Se o SE tivesse dito – *gritou, logo o professor*, esse **logo** em articulação com a pausa e a entonação assume um valor modal, manifestando uma crítica do SE sobre o professor em função do que ele diz, vejamos:

- a). Gritou **logo** um professor: Onde se viu negro letrado?
- b) Gritou, **logo** um professor: Onde se viu negro letrado?
- c) Gritou, **e logo** um professor: Onde se viu negro letrado?

Essa articulação em “b” e “c” configura uma depreciação sobre quem *gritou*. A unidade **logo**, nessa configuração, pode ser substituída por **justo** sem que haja prejuízo à modalidade que opera no enunciado, vejamos *Gritou, justo um professor*. Enquanto que em “a” não é possível essa substituição e *sim de imediato*, confirmando o valor temporal de logo.

15. ENT: E romance? (referindo –se a namoro)

INF: Não... **logo** minha mãe não deixa. (Lima, 2010, p.137)

Análise:

No exemplo 15, a unidade **logo** não assume um valor temporal sobre um relator verbal, ou sobre um enunciado que o antecede, mas sim sobre o enunciado que se vincula “*minha mãe não deixa*”.

A construção do valor referencial da unidade **logo** marca uma tendência explicativa ao passo que é possível substituí-la por **pois**: *Não... pois minha mãe não deixa*.

O presente enunciado tem a peculiaridade de valor referencial da unidade **logo**, por não marcar sequer uma sequência temporal, mas sim um valor explicativo. Segundo Alencar Neto (2011), “ a marca *pois* aciona operações que permitem ao enunciadador construir um novo argumento”. Em nossa visão, a unidade **logo**, apresenta a tendência explicativa por construir um argumento fundamentado na “não permissão materna” quanto ao namoro da informante. Já com relação ao tempo do enunciado, tem –se um T₁ que perpassa o momento da enunciação, pois <a proibição de namorar dada pela mãe>, há estado de proibição que se estende, perpassando T₀.

16. ENT: Você já se decepcionou com algum amigo? INF: Que eu me lembre assim até que não só uma raiva ali que acontece... desentendimento mas **logo logo** (Lima, 2010, p. 287)

Análise:

No enunciado 16, a unidade **logo** tem a sua representação duplicada ressaltando o cessar imediato do desentendimento que passa em um intervalo de tempo. O enunciado concentra-se no momento da enunciação e o T_1 é marcado por um enunciador 1 que pergunta a 2 “Você já se decepcionou com algum amigo?”, o enunciador 2 valida a predicação e marca aspectualmente o intervalo de fim de um possível desentendimento que ocorre por meio de “**logo logo**”. A predicação a qual **logo logo** está vinculado, pode ser retomada através de uma construção metalinguística:

- Que eu me lembre assim até que não só uma raiva ali que acontece... desentendimento mas **logo logo passa**.

A marcação da unidade localiza um intervalo em que o possível evento “estado de raiva/desentendimento” que cessa em um intervalo de tempo mínimo.

4.2.1 SÍNTESE CONCLUSIVA DAS ANÁLISES:

A unidade **logo**, nos enunciados analisados, marca a transição temporal entre os tempos T_1 e T_2 , entre os tempos T_{n1} e T_{n2} . A unidade, nos grupos analisados, teve um comportamento ligado a uma ideia relacional dos eventos que compunham o enunciado e os eventos que antecedem. A relação temporal se dá através da construção referencial dos elementos que circundam a unidade. Vejamos, então, como a unidade se configurou em cada um dos grupos que compuseram a nossa análise.

No grupo 1, o comportamento da unidade **logo** que contribui para a construção referencial é a de que, nos enunciados acompanhados pela unidade **mas**, há uma vinculação dos eventos que compõem o enunciado dando-lhe um valor temporal de marcação de um intervalo mínimo, ou seja, a unidade gramatical **logo** marca o intervalo de transição entre o evento 1 e o evento 2, ou em alguns casos, entre a ocorrência de T_{n2} em relação ao tratado pelo T_{n1} . A unidade gramatical **mas** marca a

relação de ruptura e de mudança de situação trazida pelos eventos que compõem os exemplos apresentados e a unidade **logo** o intervalo restrito dessa transição.

No grupo 2, o comportamento da unidade **logo** continua marcando uma construção referencial ligada a uma relação temporal de um intervalo mínimo, mas nesse caso, a unidade tem o reforço dos modificadores temporais *depois* e *em seguida*. Esses marcadores, em nossas análises, mostraram –se como reforços de sequência temporal. Os tempos marcados pela unidade foram de referência narrativa.

No grupo 3, a construção do valor referencial da unidade gramatical **logo** continua com sua perspectiva ligada à questão de demarcação de um intervalo mínimo entre os eventos. Há alguns enunciados em que, mesmo que haja a marcação temporal a configuração da unidade **logo** permite estabelecer uma relação de consequência entre os eventos, seguida de uma visão temporal. Em outros enunciados do grupo, tem –se a marcação temporal sendo estabelecida entre três tempos, sendo estes vinculados à referência narrativa. A unidade **logo** demarca o intervalo de tempo entre os três eventos estabelecidos nos tempos narrativos, sendo este intervalo de um evento gerando o outro evento.

Nesse grupo há um enunciado que a unidade gramatical **logo** forma a locução *tão logo* que apresenta uma localização temporal de um evento em relação a outro. No caso específico desse enunciado é possível substituir a locução *tão logo* pela expressão *assim que*, o que confirma essa localização temporal. As perspectivas estabelecidas pela unidade **logo** em todos os enunciados que compõem esse grupo é a de uma demarcação de um intervalo de tempo entre as ocorrências dos exemplos, sejam eles restritos, sejam eles sequenciais.

No grupo 4, a unidade gramatical **logo** em alguns enunciados apresenta o valor temporal de intervalo, no entanto, em outros ela mostra características peculiares.

Temos o Ex14 em que o valor dessa unidade pode ser desconstruído através da entonação e da pausa, configurando um valor depreciativo/discursivo. Os valores que emergem pela unidade **logo** são: o de um valor explicativo, podendo ser substituído pela unidade *pois* e o de um valor referencial de localização temporal que se vincula a predicação retomada em uma construção metalinguística.

Através dos resultados que obtivemos em nossas análises, comparamos nossos resultados com os que foram obtidos pela autora Lopes (1999). Nossa proposta se diferencia da autora por trabalharmos com a construção dos valores referenciais por meio das operações que se estabelecem nos enunciados. E se estreita com a abordagem dela ao nos aproximarmos do resultado de que a unidade **logo** ao se relacionar nos enunciados estabelece um valor temporal. No entanto, foi possível perceber que chegamos a outros resultados um pouco mais específicos, visto que o valor temporal se deu por meio de outras relações com os outros elementos que constituíram o enunciado, bem como de diferentes maneiras na manipulação dos dados.

Desta forma, por meio das configurações observadas em nossas análises, objetivamos em nossa abordagem de viés enunciativo estabelecer um parâmetro de construção do valor referencial da unidade gramatical **logo**, e, através dos dados e das discussões empreendidas chegamos às seguintes conclusões:

- 1- A unidade **logo** tem a tendência de se caracterizar como uma concepção temporal/aspectual marcadora de intervalo de tempo se estiver acompanhada de uma relação de sucessão de eventos ou fatos que tendem: a se ligar a uma ideia de ruptura ao que foi dito à esquerda; a se ligar por uma condição específica de um fato que desencadeia outro; a marcar uma situação de mudança situacional; a especificar fatos sequenciais quando localizam um fato X em relação a um fato Y.
- 2- A unidade **logo** não remeteu ao intervalo de tempo, quando:
 - Em um deslocamento, movido por uma pausa/entonação, incide sobre um elemento Y configurando um valor discursivo depreciativo, como no exemplo 14.
 - se liga a uma predicação resultante de uma ação de X sobre Y, como no exemplo 15.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos propusemos a observar o comportamento referencial, no que conta a construção dos valores referenciais da unidade *logo*. Essa abordagem se diferencia das anteriormente tratadas por não perceber o *logo* como uma unidade já detentora de um valor específico, mas como uma unidade que constrói o seu valor por meio das relações que estabelece no enunciado essa unidade foi assumida como marca de operações enunciativas.

A teoria das Operações Predicativas e Enunciativas é uma teoria que percebe a língua como um meio operatório que trabalha a construção dos sentidos e dos valores referenciais que se estabelecem através das relações entre os termos do enunciado. Em outras palavras, a teoria fundada por Antoine Culioli vê a linguagem como uma atividade de produção e reconhecimento de formas e o enunciado como o agenciamento das formas que são localizadas em uma representação e resultantes de um conjunto de operações que se estabelecem no próprio enunciado.

Através das operações que pudemos estabelecer, através da metodologia de construtivista, tem - o sentido (e os valores referenciais) como um conjunto de operações que são determinadas e construídas por meio do material verbal. (Franckel,2011)

No que diz respeito a escolha da unidade gramatical **logo**, como objeto de análise, não encontramos nas fontes a que tivemos acesso nenhum trabalho que focalizasse a unidade **logo** no Português Brasileiro. Por isso, a curiosidade de pesquisa da unidade foi aguçada na intenção de verificar os possíveis valores que a unidade poderia adquirir, sob o olhar da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas.

Os enunciados são acontecimentos únicos e carregados de operações complexas que se estabelecem e se coordenam, e essenciais objetos que contribuem para uma melhor percepção dos valores que não são estabelecidos, como se trazia em algumas gramáticas normativas-tradicionais.

Na perspectiva construtivista da T.O.P.E, buscamos os valores da unidade observando como se construíram e se localizaram, por meio de propriedades

enunciativas, que procuravam sempre verificar de que maneira a construção dos valores acontecia

Nos apoiamos na T.O.P.E para discutir de que modo ocorre a construção dos valores referenciais da unidade gramatical **logo** sob o olhar enunciativo, comparando com as percepções trazidas pela gramática tradicional e pela gramática de uso.

Nossa intenção não foi de menosprezar ou mesmo tratar as concepções de tais manuais como inadequadas, mas de mostrar uma outra visão: a da construção de sentidos, sob uma teoria da enunciação.

Por esse motivo, nos baseamos no trabalho de Lopes (1999), um trabalho não pertencente a teoria para, através das observações trazidas por ela, verificar se a construção dos valores referenciais por meio da observação dos dados e traçar um parâmetro enunciativo dos valores que a unidade gramatical **logo** pode assumir nos enunciados. Temos consciência de que não foi possível abarcar todos os possíveis valores que a unidade pode assumir, mas, dentro das possibilidades que tivemos acesso, tentamos estabelecer um parâmetro de como esses valores foram construídos no enunciado.

Localizamos em nossas análises outras perspectivas de verificação temporal que não tomam como referência o momento da enunciação: o de referência temporal narrativa.

Nosso objetivo neste trabalho foi discutir sob o olhar enunciativo, através da análise da unidade gramatical **logo**, que é por meio de operações subjacentes aos enunciados que os valores referenciais das unidades podem ser construídos no e pelo enunciado.

Em nossa abordagem o objetivo se estabelece para os enunciados que foram analisados por nós, mas outros valores referenciais ainda podem emergir, visto que não é possível abarcar todas as possibilidades referenciais já que a língua é dinâmica. Em outras palavras, o uso dos elementos linguísticos permite que outros valores sejam construídos e outros sejam desconstruídos e esse percurso ocorre de maneira natural, se levarmos em conta a dinamicidade da língua.

6 REFERÊNCIAS:

ALENCAR NETO, W. D. As operações de linguagem e a construção da significação: um estudo da marca “pois”. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Letras. Teresina: UFPI, 2011.

AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. 5. ed. São Paulo: Martins, 1970. (Obras completas de Jorge Amado). Disponível em: <http://lelivros.club>

BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª ed. Campinas – SP: Pontes Editores, 2006

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37a ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2008.

BOYNE, J. **Fique onde está e então corra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Disponível em: <http://lelivros.club>

CAMPOS, M.H.C. **Tempo, Aspecto e Modalidade: Estudos de Linguística Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1997.

CORÔA M.L.M.S. **O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

COSTA, S. B. B. **O Aspecto em Português**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997

CULIOLI, A. La linguistique: De l’empirique au formel. In: CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l’énonciation: Opérations et représentations**. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

CULIOLI, A. Sur le concept de notion. In : CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l’énonciation: Opérations et représentations**. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

_____. **Pour une linguistique de l’énonciation** : Formalisation et opérations de repérage. Tome 2. Paris : Ophrys, 1999a.

_____. Structuration d’une notion et typologie lexicale. À propos de la distinction desne, discret, compact. In : CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l’énonciation: Domaine Notionnel**. Tome 3. Paris : Ophrys, 1999b. p. 9-15

_____. Notion et occurrences de la notion. In : CULIOLI, Antoine. **Notes du Séminaire de D.E.A.** Université de Paris 7. Département de recherches linguistiques. Paris: Poitiers, 1985.

CUNHA C., & CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DANON-BOILEAU, L. **Une lecture de la Theorie d'A. Culioli.** In: Enonciation et référence. Paris : Ophrys, 1987. P. 15-25

DESCLÈS, Jean-Pierre. **Quelques concepts relatifs au temps et à l'aspect pour analyse des textes.** In: Revue *Studia Kognitywne, Semantyka kategorii Aspektu i czasu*, n°1, Polska Akademia Nauk, Institut Slawistiki, 1994, pp. 57-88 à la suite du colloque international de Sèvres, France, 24, 25, 26 novembre 1992

FRANCKEL, J.J & PAILLARD, D. Aspects de la théorie d'Antoine Culioli In: **Langages**, 32e année, n°129, 1998. Diversité de la (des) science(s) du langage aujourd'hui [Figures modèles et concepts épistémologiques] pp. 52-63

FRANCKEL, J. J. **Referência, referenciação e valores referenciais.** In: VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J.J.; PAILLARD, D. Linguagem e enunciação : representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

GOETHE, J.W. **Os sofrimentos do jovem Werther.** São Paulo: Martin Claret, 2009. Disponível em: <http://lelivros.club>

GROUSSIER, M.L. & RIVIÈRE, C. **Les mots de la linguistique:** lexique de linguistique énonciative. Paris: Ophrys, 1996.

LIMA, M. A. F. **O artigo no processo de construção referencial:** as operações de determinação e indeterminação. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – UNESP: Araraquara (SP), 1997.

LIMA, M.A.F. SERRA, M.A.C.M. **Português Falado por Teresinenses.** (entrevistas) Teresina: EDUFPI, 2010.

LOPES, A. C. M. **Contributos para uma análise dos valores temporais e discursivos de logo.** In: I.H.Faria (org.), Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao

Mestre e ao Cidadão. Lisboa: Edições Cosmos e Faculdade de Letras de Lisboa, 1999, pp. 433-444.

NEVES, J.S.B. **Estudo semântico-enunciativo da modalidade em artigos de opinião**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio). Departamento de Letras. Rio de Janeiro, 2006.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 50ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

SANTOS, L. P. dos. **A Construção de sentido do adjetivo grande na perspectiva da teoria das operações predicativas e enunciativas(TOPE)**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Letras. Teresina: UFPI, 2013.

VALENTIM, H. V. T. **Predicação de existência e operações enunciativas**. Lisboa: Colibri, 1998

VOGÜÉ, S. **Invariance culiolienne** : L'exemple du passé, entre passes, «parfaits» et passages. In : DUCARD, D. ; NORMAND, C. (dir.), Antoine Culioli, un homme dans le langage : originalité, diversité, ouverture, Paris, Ophrys, 2006. p. 302-331.

VOGÜÉ, S. de. **Culioli após Benveniste**: enunciação, linguagem, integração. In: VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J.J.; PAILLARD, D., Linguagem e enunciação : representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

APÊNDICE - OUTROS ENUNCIADOS COLETADOS COM A UNIDADE LOGO

17. ENT: Tu tem medo de alguma coisa? INF: O meu medo é de// rapaz! o meu medo é de se meter numa confu-são aqui porque **logo** também eu não procuro... me meter numa confusão aí envolver meu pai minha família num dá certo não...Último grupo “logo” sozinho: Margie a visitava todos os dias, e Alfie entreouviu quando ela disse a Georgie que a sra. Janáček estava “definindo, a pobrezinha”. **Logo** ela morreu, e o sr. Janáček e Kalena ficaram sozinhos. (Boyne, p.17)
18. Tudo conspira contra mim! Hoje eu encontrei a senhorita de B... na aléia. Não pude deixar de falar-lhe e **logo** que nos encontramos um pouco afastados dos outros testemunhei-lhe o quanto fora sensível à extraordinária conduta que ela tinha tido no outro dia em relação a mim. (Goethe, p.48)
19. Fazei tudo o que quiserdes, calculai todos os casos possíveis em que, na vossa opinião, deveria me manter firme noyur lá passar a primavera. Tempo.
20. Desceram a alameda, eu fiquei parado. Segui-os com os olhos ao fulgor da lua e **logo** me arrojé ao chão soluçando, levantando-me em seguida; .
21. quando a lua refulgiu rompendo as nuvens negras e voltou a desvelar a torrente aos meus pés, rolando e rugindo em clarões soberbos e terríveis, fui tomado por um arrepio sinistro e **logo** a seguir por um desejo intenso...
22. Um menino come uma fruta e **logo** sabe o gosto que ela tem mas não conhece a causa desse gosto.
23. Sorvendo em pequenos goles o cafezinho, o eminente professor Silva Virajá, de real presença no mundo da ciência médica, pesquisador do esquistossoma, acompanhou divertido as mutações do rosto de seu colega Nilo d’Ávila Argolo de Araújo antes e depois das afirmativas de Aires e Fontes; sério, fechado, inquieto, de repente satisfeito, **logo** em seguida coberto de falsa modéstia, sempre petulante
24. — Bom, imagino que você **logo** terá dez.
25. Em poucos minutos, Ana Mercedes pôs fim a tanta firmeza de caráter e isenção. Apenas passei os olhos nas linhas do caderno e pude constatar: não nascera para aquilo; Senhor meu Deus, como era ruim! Os joelhos dela, porém, e mais um palmo de coxas, perfeições da natureza, e os olhos de medo: “Minha filha, eu lhe disse, você tem talento’. Como sorrisse grata, frisei: “Talento paca !”— Vai publicar? —quis **logo** saber, sôfrega, semiabrindo os lábios e sobre eles passando a ponta da língua. Meu Deus!
26. Perguntarás, amor: que novidade é essa, como soube Archanjo dos malignos, dos esconsos propósitos da iaba — mate-me **logo** esta adivinha.
27. Ana Mercedes, ao vê-lo aproximar-se, **logo** identificava a máscara do dia: “hoje vem de guerrilheiro.”
28. Iniciou estudos de literatura e música, **logo** se notabilizando entre os colegas pela indisfarçável vocação para as letras.
29. Tu sabes o quanto gosto desse homem, inclusive dos seus todavias... Mas não é, por acaso, evidente que toda regra tem sua exceção? Pois esse homem é tão reto que quando julga ter afirmado algo de maneira muito genérica e apenas parcialmente precisa, não se cansa de atenuar, de

- modificar, acrescentar ou suprimir, até que nada mais reste de sua proposição inicial! E nessa ocasião mergulhou demais no texto; **logo** eu já não escutava mais o que ele dizia e caí em devaneios, empunhando a pistola com gesto solene e apertando a boca do cano contra a testa, sobre o olho direito.
30. Eu gosto de ler as revistas revistas assim... Veja Isto É eu gosto muito de ler essas revistas porque eu me informo mais sobre o que tá acontecendo no mundo e **logo** agora que alguns professores... os meus professores eles sempre perguntando – ah! vocês viram ontem no Jornal Nacional
31. 158. ENT: V ocê gostaria de fazer o que quando chegasse lá? (Referente à visita ao mar.) INF: Ah! eu queria ir pro mar **logo** eu gosto muito de água quando eu for pro pro banho num tem? na pisci:::na eu eu só num falto é sair de lá
32. ENT: No caso do voluntariado hoje... ele reflete mais fraternidade ou reflete também um descaso do governo em relação a essas camadas mais esquecidas? INF: Princ// é... **logo** a gente vê que essas coisas da... do voluntaria// do voluntariado é:: o governo que pede pra gente ir né? a gente ir atrás então a gente vê que tem a falta dele...né isso? e então é:: a gente con... e a gente vai pela fraternidade mas a gente vê essa falta dele... essa esse buraco que o governo quer preencher com o:: voluntariado.
33. “Daí, aprendi que um autor que faz alterações em segunda edição, mesmo que com o fito de melhorar a obra poeticamente, fatalmente a prejudica. A primeira impressão encontra-nos dóceis, e o homem é de tal modo constituído que podem persuadi-lo das coisas mais extraordinárias; mas **logo** em seguida isso fica arraigado de maneira tão sólida que, ai daquele que pretenda apagá-lo ou extirpá-lo!”
34. Quando algo me aflinge e quer me fazer sentir molestada, me ponho a saltitar, canto duas ou três modinhas de dança, subindo e descendo pelo jardim, e **logo** tudo se dissipa.
35. Na verdade, se o meu mal tivesse cura essas pessoas o curariam. Hoje é o dia do meu aniversário[44] e **logo** de manhã recebi um presentinho de Alberto.
36. A polícia finalmente agiu em defesa da civilização e da moral, da família, da ordem, do regime, da sociedade ameaçada e das Grandes Sociedades, com seus carros e graciosos préstitos de elite: proibiu os afoxés. o batuque, o samba, “a exibição de clubes de costumes africanos”. Ainda bem, antes tarde do que nunca. Agora podem desembarcar sábios austríacos, alemães, belgas, franceses, ou da loira Albion. Agora, sim, podem vir. Mas quem veio foi Kirsi, a sueca, que aliás, corrija-se **logo**, não era sueca como todos ensairam, disseram e ficou sendo; e, sim, finlandesa de trigo e espanto.